

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	21
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	25
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	117
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	118
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	119

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.623.795.559
Preferenciais	0
Total	1.623.795.559
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.420.152
Preferenciais	0
Total	2.420.152

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Previsto no Estatuto da Empresa	18/03/2014	Dividendo	31/03/2014	Ordinária		0,10324
Reunião do Conselho de Administração	13/05/2014	Dividendo	26/05/2014	Ordinária		0,24322
Reunião do Conselho de Administração	03/07/2014	Dividendo	04/07/2014	Ordinária		1,11721
Reunião do Conselho de Administração	03/07/2014	Dividendo	04/07/2014	Ordinária		0,68149

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	12.547.412	2.653.944	2.298.110
1.01	Ativo Circulante	56.225	14.707	48.498
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.177	1.005	1.752
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.036	1.227	1.107
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.036	1.227	1.107
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12	12.475	45.639
1.01.08.03	Outros	12	12.475	45.639
1.02	Ativo Não Circulante	12.491.187	2.639.237	2.249.612
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.156	7	3.930
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	3.930
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	80.156	7	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	10	7	0
1.02.01.09.04	Garantia para Perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	80.146	0	0
1.02.02	Investimentos	12.351.581	2.579.780	2.186.232
1.02.04	Intangível	59.450	59.450	59.450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	12.547.412	2.653.944	2.298.110
2.01	Passivo Circulante	37.443	28.262	45.502
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.768	0	18
2.01.02	Fornecedores	276	122	300
2.01.03	Obrigações Fiscais	398	389	381
2.01.05	Outras Obrigações	1	27.751	44.803
2.01.05.02	Outros	1	27.751	44.803
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	1	27.742	44.803
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	0	9	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.063.561	6.993	6.404
2.02.02	Outras Obrigações	875	0	0
2.02.02.02	Outros	875	0	0
2.02.02.02.03	Demais contas a Pagar	875	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	815.220	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	815.220	0	0
2.02.04	Provisões	247.466	6.993	6.404
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	247.466	6.993	6.404
2.03	Patrimônio Líquido	11.446.408	2.618.689	2.246.204
2.03.01	Capital Social Realizado	4.239.757	1.867.228	1.867.228
2.03.02	Reservas de Capital	6.231.776	228.931	235.134
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.603	-6.333	-7.037
2.03.02.07	Reservas de Capital	6.237.379	235.264	242.171
2.03.04	Reservas de Lucros	974.875	522.530	143.842

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	973.608	516.373	199.694
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-163.971	-13.435	-20.957
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.137.579	529.808	220.651
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	973.608	516.373	199.694
3.06	Resultado Financeiro	1.585	198	807
3.06.01	Receitas Financeiras	1.594	209	894
3.06.02	Despesas Financeiras	-9	-11	-87
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	975.193	516.571	200.501
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25.407	0	1.543
3.08.02	Diferido	25.407	0	1.543
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.000.600	516.571	202.044
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.000.600	516.571	202.044
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,74	0,48	0,86
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,74	0,48	0,86

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	1.000.600	516.571	202.044
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.000.600	516.571	202.044

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.553	-834	-4.076
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-47.529	-526	-3.371
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	975.193	516.571	200.501
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	74.758	0	4.160
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	-12.992	589	6.404
6.01.01.04	Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	-414	-83	-894
6.01.01.05	Outorga de Opções de Ações	53.505	12.205	7.109
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-1.137.579	-529.808	-220.651
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	37.976	-308	-705
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	191	-120	-790
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-3	-7	0
6.01.02.03	(Aumento) Redução em nos Demais Ativos	-9	-3	0
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Fornecedores	154	-177	269
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.768	-18	-184
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	9	8	0
6.01.02.07	Aumento (Redução) nas Demais Contas a Pagar	866	9	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	626.361	173.439	-603.406
6.02.01	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	414	81	894
6.02.02	Adiantamento de Capital em Controlada	0	0	-3.930
6.02.03	Aumento de Capital em Controlada	0	0	-600.370
6.02.04	Recebimento de Dividendo de Controlada	625.947	173.358	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-562.636	-173.352	604.639
6.03.01	Alienações(Aquisições) de Ações em Tesouraria	13.344	-18.408	14.574
6.03.02	Aumento de Capital Líquido dos Custos de Emissão	0	0	591.949
6.03.03	Pagamento de Dividendos aos Acionistas	-575.980	-154.944	0
6.03.04	Liquidação de Mutuos com Controlada	0	0	-1.884
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.172	-747	-2.843
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.005	1.752	4.595

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.177	1.005	1.752

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.867.228	228.931	522.530	0	0	2.618.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.867.228	228.931	522.530	0	0	2.618.689
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.372.529	6.002.845	0	0	0	8.375.374
5.04.01	Aumentos de Capital	2.372.529	5.935.997	0	0	0	8.308.526
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	53.505	0	0	0	53.505
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-41.039	0	0	0	-41.039
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	86.999	0	0	0	86.999
5.04.08	Opções de Ações Exercidas com Utilização de Ações em Tesouraria	0	-32.617	0	0	0	-32.617
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.000.600	0	1.000.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.000.600	0	1.000.600
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	452.345	-1.000.600	0	-548.255
5.06.04	Reserva Legal	0	0	50.030	-50.030	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva para Investimento	0	0	885.315	-885.315	0	0
5.06.06	Distribuição de Dividendos Intercalares (R\$0,24321982 por ação)	0	0	0	-65.255	0	-65.255
5.06.07	Distribuição de Dividendos Adicionais (R\$1,7987010 por ação)	0	0	-483.000	0	0	-483.000
5.07	SalDOS Finais	4.239.757	6.231.776	974.875	0	0	11.446.408

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.867.228	235.134	143.842	0	0	2.246.204
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.867.228	235.134	143.842	0	0	2.246.204
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.203	0	0	0	-6.203
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.205	0	0	0	12.205
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.408	0	0	0	-18.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	516.571	0	516.571
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	516.571	0	516.571
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	378.688	-516.571	0	-137.883
5.06.04	Reserva Legal	0	0	25.829	-25.829	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Investimento	0	0	368.056	-368.056	0	0
5.06.06	Distribuição de Dividendos Intercalares (R\$0,152715 por ação)	0	0	0	-94.944	0	-94.944
5.06.07	Dividendos Propostos	0	0	0	-27.742	0	-27.742
5.06.08	Distribuição de Dividendos Adicionais (R\$0,223938 por Ação)	0	0	-15.197	0	0	-15.197
5.07	Saldos Finais	1.867.228	228.931	522.530	0	0	2.618.689

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.254.061	234.669	0	-13.399	0	1.475.331
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.254.061	234.669	0	-13.399	0	1.475.331
5.04	Transações de Capital com os Sócios	613.167	465	0	0	0	613.632
5.04.01	Aumentos de Capital	613.167	-16.127	0	0	0	597.040
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-5.091	0	0	0	-5.091
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.109	0	0	0	7.109
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	17.075	0	0	0	17.075
5.04.08	Ganho na Alienação de Ações em Tesouraria	0	4.698	0	0	0	4.698
5.04.09	Opções de Ações Exercidas	0	-7.199	0	0	0	-7.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	9.432	192.612	0	202.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	202.044	0	202.044
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	9.432	-9.432	0	0
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	9.432	-9.432	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	134.410	-179.213	0	-44.803
5.06.04	Constituição da Reserva de Investimento	0	0	119.213	-119.213	0	0
5.06.05	Distribuição de Dividendos (R\$0,223938 por ação)	0	0	15.197	-60.000	0	-44.803
5.07	Saldos Finais	1.867.228	235.134	143.842	0	0	2.246.204

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	912	-1.010	-8.332
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	912	-1.010	-8.332
7.03	Valor Adicionado Bruto	912	-1.010	-8.332
7.04	Retenções	-74.758	0	-4.160
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-74.758	0	-4.160
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-73.846	-1.010	-12.492
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.139.173	530.017	221.545
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.137.579	529.808	220.651
7.06.02	Receitas Financeiras	1.594	209	894
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.065.327	529.007	209.053
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.065.327	529.007	209.053
7.08.01	Pessoal	89.987	12.205	8.050
7.08.01.01	Remuneração Direta	89.987	12.205	7.981
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	69
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-25.269	218	-1.128
7.08.02.01	Federais	-25.271	212	-1.137
7.08.02.02	Estaduais	2	6	4
7.08.02.03	Municipais	0	0	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9	13	87
7.08.03.01	Juros	9	11	87
7.08.03.02	Aluguéis	0	2	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.000.600	516.571	202.044
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.000.600	516.571	202.044

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	15.486.180	4.079.162	3.783.920
1.01	Ativo Circulante	1.450.571	835.079	540.543
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	450.764	418.932	215.620
1.01.03	Contas a Receber	732.410	328.141	245.104
1.01.04	Estoques	36.076	16.642	15.903
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.077	22.856	25.555
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	176.244	48.508	38.361
1.01.08.03	Outros	176.244	48.508	38.361
1.01.08.03.01	Adiantamentos	49.962	25.320	27.443
1.01.08.03.02	Demais Contas a Receber	126.282	23.188	10.918
1.02	Ativo Não Circulante	14.035.609	3.244.083	3.243.377
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	678.267	166.009	209.142
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.568	4.154	3.840
1.02.01.03	Contas a Receber	10.345	26.512	14.402
1.02.01.06	Tributos Diferidos	434.849	1.498	1.546
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	228.505	133.845	189.354
1.02.01.09.03	Adiantamentos	2.577	3.614	8.777
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	6.282	6.324	9.811
1.02.01.09.05	Depositos Judiciais	43.221	10.769	8.646
1.02.01.09.06	Garantia para Provisões Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	169.734	110.605	159.098
1.02.01.09.07	Demais Contas a Receber	6.691	2.533	3.022
1.02.02	Investimentos	1.600	1.600	1.600
1.02.03	Imobilizado	1.421.876	470.121	371.852
1.02.04	Intangível	11.933.866	2.606.353	2.660.783

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	15.486.180	4.079.162	3.783.920
2.01	Passivo Circulante	945.905	479.092	368.557
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	304.286	121.564	100.538
2.01.02	Fornecedores	184.416	79.602	72.666
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.619	31.864	30.110
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.619	31.864	30.110
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.763	6.911	4.993
2.01.03.01.02	Tributos a Pagar	48.733	17.790	17.353
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Parcelados	16.123	7.163	7.764
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	201.255	113.178	6.404
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.279	1.770	4.706
2.01.04.02	Debêntures	193.976	111.408	1.698
2.01.05	Outras Obrigações	181.329	132.884	158.839
2.01.05.02	Outros	181.329	132.884	158.839
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	17	27.742	44.803
2.01.05.02.05	Contas a Pagar - Aquisições	74.802	43.171	54.823
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Clientes	101.212	56.596	36.307
2.01.05.02.07	Demais contas a Pagar	5.298	5.375	22.906
2.02	Passivo Não Circulante	3.093.867	981.381	1.169.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	740.863	436.042	549.037
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	40.855	1.301	6.926
2.02.01.02	Debêntures	700.008	434.741	542.111
2.02.02	Outras Obrigações	225.678	188.124	216.236
2.02.02.02	Outros	225.678	188.124	216.236
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições Parcelados	50.827	39.862	42.443
2.02.02.02.04	Contas a Pagar - Aquisições	170.720	145.731	171.523
2.02.02.02.05	Demais Contas a Pagar	4.131	2.531	2.270
2.02.03	Tributos Diferidos	1.211.952	158.972	159.312

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.04	Provisões	915.374	198.243	244.574
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	915.374	198.243	244.574
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.446.408	2.618.689	2.246.204
2.03.01	Capital Social Realizado	4.239.757	1.867.228	1.867.228
2.03.02	Reservas de Capital	6.231.776	228.931	235.134
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.603	-6.333	-7.037
2.03.02.07	Reserva de Capital	6.237.379	235.264	242.171
2.03.04	Reservas de Lucros	974.875	522.530	143.842

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.774.475	2.015.942	1.405.566
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.643.130	-922.388	-762.841
3.03	Resultado Bruto	2.131.345	1.093.554	642.725
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.090.528	-534.804	-399.669
3.04.01	Despesas com Vendas	-379.405	-200.510	-138.511
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-709.109	-332.680	-260.809
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.014	-1.614	-349
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.040.817	558.750	243.056
3.06	Resultado Financeiro	-24.976	-25.210	-34.435
3.06.01	Receitas Financeiras	124.157	68.173	60.708
3.06.02	Despesas Financeiras	-149.133	-93.383	-95.143
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.015.841	533.540	208.621
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.241	-16.969	-6.577
3.08.01	Corrente	-28.936	-19.023	-16.300
3.08.02	Diferido	13.695	2.054	9.723
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.000.600	516.571	202.044
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.000.600	516.571	202.044
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.000.600	516.571	202.044
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,74	0,48	0,22
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,74	0,48	0,22

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.000.600	516.571	202.044
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.000.600	516.571	202.044
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.000.600	516.571	202.044

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.204.899	559.596	314.151
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.592.764	802.494	423.296
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.015.841	533.540	208.621
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	249.768	108.212	85.935
6.01.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	147.542	92.343	66.083
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	-500	6.975	5.272
6.01.01.05	Provisão para Perdas dos Estoques	106	3.122	257
6.01.01.06	Encargos Financeiros de Empréstimos, Debêntures e Prêmios por Antecipação	106.428	57.127	59.413
6.01.01.07	Encargos Financeiros de Aquisição	18.122	15.823	19.785
6.01.01.08	Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	-414	-27.916	-29.514
6.01.01.09	Outorga de Opções de Ações	53.505	12.205	7.109
6.01.01.10	Resultado na Venda ou Baixa de Ativos Não Circulantes	2.366	1.063	335
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-251.403	-169.856	-37.121
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-171.385	-187.490	-56.728
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	2.123	-3.861	982
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Adiantamentos	-16.767	7.286	-4.997
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	22.334	27.104	-3.634
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-15.109	-2.123	570
6.01.02.06	(Aumento) Redução nos Demais Ativos	1.488	-3.017	-3.953
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	24.781	1.819	-2.224
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Trabalhistas	-12.023	21.026	25.882
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	-51.131	-20.247	-11.312
6.01.02.10	Aumento em Adiantamento de Clientes	4.406	20.289	13.698
6.01.02.11	(Redução) em Impostos e Contribuições Parcelados	-44.406	-10.739	-5.357
6.01.02.12	(Redução) em Provisão para Perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	-10.524	-4.812	-2.259
6.01.02.13	Aumento(Redução) nas Demais Contas a Pagar	14.810	-15.091	12.211
6.01.03	Outros	-136.462	-73.042	-72.024
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-16.487	-17.340	-10.322

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.03.02	Juros de Empréstimos, Debêntures e Prêmio	-119.975	-55.702	-61.702
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-219.612	-175.286	-831.309
6.02.01	Resgate (Aplicação) de Títulos e Valores Mobiliários	0	27.602	26.901
6.02.02	Adições de Imobilizado	-277.872	-145.501	-106.668
6.02.03	Adições de Intangível	-89.939	-16.861	-13.371
6.02.04	Contas a Pagar Aquisição	-40.607	-40.526	-738.302
6.02.05	Caixa Proveniente de Adquirida	188.806	0	0
6.02.06	Recebimneto pela Alienação de Ativo Não Circulante	0	0	131
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-953.455	-180.998	581.431
6.03.01	Alienações (Aquisições) de Ações em Tesouraria	13.344	-18.408	14.574
6.03.02	Aumento de Capital Líquido dos Custos de Emissão	0	0	591.949
6.03.03	Custo das Debêntures Emitidas	0	0	-530
6.03.04	Contratação de Empréstimos e Financiamentos	0	665	0
6.03.05	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-338.612	-8.311	-24.562
6.03.06	Pagamento de Dividendos aos Acionistas	-628.187	-154.944	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	31.832	203.312	64.273
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	418.932	215.620	151.347
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	450.764	418.932	215.620

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.867.228	228.931	522.530	0	0	2.618.689	0	2.618.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.867.228	228.931	522.530	0	0	2.618.689	0	2.618.689
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.372.529	6.002.845	0	0	0	8.375.374	0	8.375.374
5.04.01	Aumentos de Capital	2.372.529	5.935.997	0	0	0	8.308.526	0	8.308.526
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	53.505	0	0	0	53.505	0	53.505
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-41.039	0	0	0	-41.039	0	-41.039
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	86.999	0	0	0	86.999	0	86.999
5.04.08	Opções de Ações Exercidas com Utilização de Ações em Tesouraria	0	-32.617	0	0	0	-32.617	0	-32.617
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.000.600	0	1.000.600	0	1.000.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.000.600	0	1.000.600	0	1.000.600
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	452.345	-1.000.600	0	-548.255	0	-548.255
5.06.04	Reserva Legal	0	0	50.030	-50.030	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva para Investimento	0	0	885.315	-885.315	0	0	0	0
5.06.06	Distribuição de Dividendos Intercalares (R \$0,24321982 por ação)	0	0	0	-65.255	0	-65.255	0	-65.255
5.06.07	Distribuição de Dividendos Adicionais (R\$ 1,7987010 por ação)	0	0	-483.000	0	0	-483.000	0	-483.000
5.07	Saldos Finais	4.239.757	6.231.776	974.875	0	0	11.446.408	0	11.446.408

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.867.228	235.134	143.842	0	0	2.246.204	0	2.246.204
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.867.228	235.134	143.842	0	0	2.246.204	0	2.246.204
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.203	0	0	0	-6.203	0	-6.203
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.205	0	0	0	12.205	0	12.205
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.408	0	0	0	-18.408	0	-18.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	516.571	0	516.571	0	516.571
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	516.571	0	516.571	0	516.571
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	378.688	-516.571	0	-137.883	0	-137.883
5.06.04	Reserva Legal	0	0	25.829	-25.829	0	0	0	0
5.06.05	Constituição da Reserva de Investimento	0	0	368.056	-368.056	0	0	0	0
5.06.06	Distribuição de Dividendos Intercalares (R \$0,152715 por ação)	0	0	0	-94.944	0	-94.944	0	-94.944
5.06.07	Dividendos Propostos	0	0	0	-27.742	0	-27.742	0	-27.742
5.06.08	Distribuição de Dividendos Adicionais (R \$0,223938 por ação)	0	0	-15.197	0	0	-15.197	0	-15.197
5.07	Saldos Finais	1.867.228	228.931	522.530	0	0	2.618.689	0	2.618.689

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.254.061	234.669	0	-13.399	0	1.475.331	0	1.475.331
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.254.061	234.669	0	-13.399	0	1.475.331	0	1.475.331
5.04	Transações de Capital com os Sócios	613.167	465	0	0	0	613.632	0	613.632
5.04.01	Aumentos de Capital	613.167	-16.127	0	0	0	597.040	0	597.040
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-5.091	0	0	0	-5.091	0	-5.091
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.109	0	0	0	7.109	0	7.109
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	17.075	0	0	0	17.075	0	17.075
5.04.08	Ganho na Alienação de Ações em Tesouraria	0	4.698	0	0	0	4.698	0	4.698
5.04.09	Opções de Ações Exercidas	0	-7.199	0	0	0	-7.199	0	-7.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	9.432	192.612	0	202.044	0	202.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	202.044	0	202.044	0	202.044
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	9.432	-9.432	0	0	0	0
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	9.432	-9.432	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	134.410	-179.213	0	-44.803	0	-44.803
5.06.04	Constituição da Reserva de Investimento	0	0	119.213	-119.213	0	0	0	0
5.06.05	Distribuição de Dividendos (R\$ 0,223938 por ação)	0	0	15.197	-60.000	0	-44.803	0	-44.803
5.07	Saldos Finais	1.867.228	235.134	143.842	0	0	2.246.204	0	2.246.204

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	3.733.735	1.975.641	1.377.652
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.881.217	2.067.984	1.443.618
7.01.02	Outras Receitas	60	0	117
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-147.542	-92.343	-66.083
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-685.534	-460.391	-298.003
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.216	-24.859	-25.896
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-645.318	-435.532	-272.107
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.048.201	1.515.250	1.079.649
7.04	Retenções	-249.768	-108.212	-85.935
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-249.768	-108.212	-85.935
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.798.433	1.407.038	993.714
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	124.157	68.173	60.708
7.06.02	Receitas Financeiras	124.157	68.173	60.708
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.922.590	1.475.211	1.054.422
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.922.590	1.475.211	1.054.422
7.08.01	Pessoal	1.190.663	642.581	507.456
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.047.306	565.398	443.644
7.08.01.02	Benefícios	54.494	27.879	21.289
7.08.01.03	F.G.T.S.	88.863	49.304	42.523
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	350.776	206.273	160.171
7.08.02.01	Federais	247.797	155.993	123.859
7.08.02.02	Estaduais	442	257	454
7.08.02.03	Municipais	102.537	50.023	35.858
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	380.551	109.786	184.751
7.08.03.01	Juros	149.259	93.383	95.143
7.08.03.02	Aluguéis	223.244	15.366	84.047
7.08.03.03	Outras	8.048	1.037	5.561
7.08.03.03.01	Direitos Autorais	8.048	1.037	5.561

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.000.600	516.571	202.044
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.000.600	516.571	202.044

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014****Aos Acionistas,**

Atendendo às disposições legais, a Administração da Kroton Educacional S.A. – “Kroton” ou “Companhia” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, em comparação com o ano de 2013. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além disso, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) - emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Sobre a Kroton

A Kroton (BM&FBovespa: KROT3; OTCQX: KROTY) é hoje a maior organização educacional privada do Brasil e do mundo. Em atividade há mais de 45 anos, a Companhia está presente em todos os estados do Brasil, atuando tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. Em 31 de dezembro de 2014, a Kroton contava com cerca de 1 milhão de alunos no Ensino Superior presencial e a distância, distribuídos principalmente entre suas 130 unidades de Ensino Superior e seus 726 polos ativos de graduação de Ensino a Distância, além de oferecer Ensino Técnico, por meio do Pronatec e Ensino Preparatório, por meio da LFG. Na Educação Básica, a Kroton possuía 290 mil alunos, através da oferta de seu Sistema de Ensino que, em 2014, atendeu 876 escolas privadas de todo o país.

Mensagem da Administração

O ano de 2014 foi especial para a Kroton, principalmente pela concretização da fusão com a Anhanguera e consequente início de um amplo e planejado processo de integração que irá gerar diversos benefícios para todos os nossos *stakeholders*. Para a Instituição, a fusão fortalece as estruturas operacionais e financeiras. Para os alunos, o benefício ocorre por meio do aumento da qualidade de ensino, já que a escala permite mais investimentos, notadamente em formação de professores e em tecnologias aplicadas à educação. Para nossos funcionários e professores, ofereceremos mais oportunidades de novos desafios de carreira, em uma das maiores organizações do país. Para nossos acionistas, a capacidade de gerar valor no curto prazo, com a captura de sinergias e valor de longo prazo, com todos os potenciais estratégicos capturados com a fusão. E, finalmente para o Brasil, a fusão permite a continuidade e o aperfeiçoamento de projetos de educação sólidos, que contribuirão para o desenvolvimento das pessoas e para a formação de mão de obra qualificada, necessária para o crescimento do país.

Sobre o processo de integração, destacamos a adoção de uma robusta metodologia de controle e acompanhamento. São 27 frentes funcionais cujos gestores conduzem mais de 200 projetos de integração, cada um deles com atividades claras, cronogramas específicos e uma sistemática transparente e objetiva de acompanhamento. O desafio é grande, mas estamos absolutamente confortáveis e seguros de que estamos no caminho certo para alcançarmos os ganhos de qualidade, eficiência e a captura de sinergias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Todo esse ambiente colaborou para que novamente apresentássemos, ao longo do ano, expressivas evoluções nos desempenhos operacional e financeiro, reforçando nossos diferenciais de gestão e nossa capacidade de geração de valor em todos os negócios. Aliado a isso, reforçamos a estrutura de governança corporativa com a entrada de novos membros no Conselho de Administração e a expansão dos Comitês Consultivos com a criação do Comitê de Responsabilidade Social.

Os resultados do ano foram realmente positivos, mas sem deixar de comemorar, estamos trabalhando com muita dedicação para enfrentar os desafios e alcançar as melhores oportunidades que 2015 nos trará para continuarmos construindo uma operação capaz de gerar valor sustentável, crescente e de longo prazo.

Fusão com a Anhanguera

Conforme anunciado em 03 de julho de 2014, os acionistas da Kroton e da Anhanguera aprovaram a fusão entre as duas empresas, por meio da incorporação de ações da Anhanguera pela Kroton. Em decorrência da incorporação de ações, foram emitidas 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Kroton que foram atribuídas aos acionistas da Anhanguera, respeitando a relação de troca de 0,30970293 ação ordinária de emissão da Kroton para cada uma ação ordinária de emissão da Anhanguera incorporada. A união criou uma empresa ainda mais forte e sólida, capaz de entregar serviços educacionais de qualidade em todo o país. Mais do que tamanho, essa operação também promove a combinação de ativos, talentos e competências permitindo a captura de sinergias e a construção de uma empresa ainda mais eficiente, capaz de agregar cada vez mais valor aos acionistas. Como parte do Acordo em Controle de Concentrações assinado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Kroton terá que alienar a operação de Graduação a Distância da Uniasselvi, bem como duas instituições de Ensino Superior que oferecem cursos presenciais em Rondonópolis e Cuiabá, além de certas restrições de oferta. Como resultado da conclusão da operação, todos os dados operacionais e financeiros a partir do 3T14 consideram os impactos da fusão com a Anhanguera.

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2014 foi carregado de grandes eventos para o país, com destaque para a Copa do Mundo e as eleições presidenciais. Dentro desse contexto, a atividade econômica sofreu uma redução e, com isso, o PIB cresceu menos que o esperado inicialmente. O governo, como medida de combate à inflação, elevou a taxa básica de juros de 10,0% no final de 2013 para 11,75% ao final de 2014. O desempenho da economia local e a melhora do cenário internacional, contribuíram para a desvalorização do Real em relação ao Dólar, apresentando cotação média de R\$ 2,35/US\$ em 2014 em comparação a R\$ 2,16/US\$ em 2013. Na contramão da economia, o nível de desemprego em 2014 foi o menor já registrado, situação que favorece o setor de Educação. Para 2015, o mercado espera medidas de austeridade por parte do governo, com redução de despesas e investimentos em programas governamentais.

Desempenho Operacional

No segmento de Ensino Superior, a Companhia encerrou o ano de 2014 com 986.827 alunos, sendo 930.456 matriculados em cursos de Graduação (Presencial e a Distância) e outros 56.371 em cursos de Pós-graduação (Presencial e a Distância). O crescimento no número de alunos no Ensino Superior foi de 90,3% em relação a 2013, devido, principalmente, à incorporação da base de alunos da Anhanguera e ao crescimento orgânico do negócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No final de 2014, a Kroton detinha 258,8 mil alunos matriculados no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o que representa 61,2% da base total de Graduação Presencial, ou 26,2% da base total de alunos de Ensino Superior. Por meio do Pronatec (modalidade Bolsa Formação), a Kroton registrou receita equivalente a 31,7 mil alunos distribuídos em 40 diferentes cursos.

Já no segmento da Educação Básica, o principal negócio da Kroton é a oferta, por meio da Rede Pitágoras, de coleções didáticas, treinamento de professores, avaliação educacional e outros serviços para escolas privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No ano de 2014, a Kroton atendeu a cerca de 290 mil alunos no setor privado, um crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior. Já o número de Escolas Associadas da rede privada situou-se em 876, ou seja, 9,0% acima do número de 2013.

Por meio da marca LFG, a Companhia oferta cursos preparatórios focados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em concursos para carreiras públicas. Sempre posicionada como referência em cursos preparatórios, a LFG possuía, em dezembro, 29.837 alunos, registrando uma das maiores taxas de aprovação no exame da OAB no mercado.

Paralelamente, a Companhia também disponibiliza Cursos de Idiomas e Cursos Livres ofertados pelas unidades presenciais e polos de EAD das diferentes marcas. No acumulado do ano, a Companhia ofereceu esses cursos a 57.052 alunos (não foram considerados no número de alunos de Ensino Superior).

Avaliações do Ministério da Educação (MEC)

Indicador	Menor que 3	Igual a 3	Maior que 3	Total, Igual ou Maior que 3
Conceito de Curso (CC)	2,0%	45,3%	52,7%	98,0%
Conceito Institucional (CI)	1,9%	73,6%	24,5%	98,1%

Ao final do 2014, 98,0% dos cursos e 98,1% das instituições que compõem a Kroton estavam avaliados com conceitos entre satisfatório e excelente, reforçando o compromisso com a qualidade do ensino em todos os serviços educacionais prestados aos alunos.

Desempenho Financeiro

Exceto quando indicado de forma diferente, os dados financeiros utilizados para a elaboração das análises a seguir refletem o resultado consolidado da Kroton, considerando os impactos da fusão com a Anhanguera somente a partir de julho de 2014.

- *Receitas Bruta e Líquida* – a Kroton encerrou o exercício de 2014 com receita bruta total de R\$ 4.700,2 milhões, apresentando crescimento de 92,4% em relação a 2013. Tal evolução está relacionada, principalmente, ao crescimento do número de alunos advindos dos processos de captação e matrículas realizados no ano, além da incorporação dos números da Anhanguera e da receita dos alunos do Pronatec. A Companhia encerrou o exercício de 2014 com receita líquida total de R\$ 3.774,5 milhões, apresentando crescimento de 87,2% em relação a 2013, seguindo o mesmo comportamento da receita bruta. Se considerados os doze meses da receita da Anhanguera, a receita líquida da Kroton alcançaria R\$ 4.821,6 milhões.
- *Custos de Produtos Vendidos e de Serviços Prestados* – os custos totais da Kroton foram de R\$ 1.643,1 milhões, ou 43,5% da receita líquida em 2014, 2,2 p.p. inferiores aos de 2013,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

refletindo os benefícios dos relevantes ganhos de escala e de eficiência conquistados dentro de todas as unidades, além da melhora contínua com a integração das instituições adquiridas e o rígido controle orçamentário exercido pela Administração. Os custos de serviços prestados representaram 97,6% do total dos custos em razão da maior participação das operações de Ensino Superior.

- o O custo de produtos vendidos – relacionados aos custos de produção editorial e à impressão de material didático vendido às Escolas Associadas de Educação Básica – somou R\$ 39,2 milhões, ou 20,6% da receita líquida do segmento, 5,2 p.p. superior ao verificado em 2013, devido aos ajustes na operação logística durante o primeiro semestre de 2014, que incluíram a reestruturação da operação de armazenagem e transporte. Os benefícios dessa reestruturação já foram refletidos positivamente no segundo semestre de 2014, e na entrega das coleções do primeiro semestre de 2015.
 - o O custo de serviços prestados – relacionados, principalmente, à operação das unidades de Ensino Superior – foi de R\$ 1.603,9 milhões em 2014, 42,5% da receita líquida consolidada, apresentando melhora de 2,0 p.p. em relação ao ano anterior, motivada pelas iniciativas que vêm sendo implementadas pela Companhia para a otimização da estrutura de custos e benefícios de aumento de escala.
- *Lucro Bruto e Margem Bruta* – o lucro bruto foi de R\$ 2.131,3 milhões em 2014, o que representa um aumento de 94,9% em relação a 2013. A margem bruta alcançou 56,5%, com um acréscimo de 2,3 p.p. em relação ao ano anterior, refletindo as ações de melhora operacional descritas anteriormente.
- *Despesas Operacionais* – em 2014, o total das despesas operacionais da Kroton foi de R\$ 1.090,5 milhões, o que corresponde a 28,9% da receita líquida, representando uma alta de 2,4 p.p. sobre o ano anterior. As despesas operacionais são distribuídas em duas grandes linhas que são:
 - o Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas: são derivadas dos segmentos de negócios e incluem principalmente despesas com consultorias, viagens, serviços de terceiros e outras receitas/despesas operacionais. Esse grupo de despesas alcançou R\$ 709,1, milhões em 2014, equivalente a 18,8% da receita líquida, que corresponde a uma alta de 2,3 p.p. em relação ao ano anterior, impactado, principalmente, pela incorporação da operação da Anhanguera, a qual possui uma estrutura menos centralizada que as observadas nas demais instituições da Kroton, fato que está sendo tratado no ambiente da integração.
 - o Despesas com Vendas: são despesas com equipe comercial, propaganda e *marketing*, direitos autorais e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) que juntas representam R\$ 379,4 milhões:
 - Equipe comercial, propaganda e *marketing* e direitos autorais: juntas, essas despesas totalizaram R\$ 231,9 milhões, ou seja, 6,1% da receita líquida, representando um aumento de 0,7 p.p. em relação a 2013, basicamente impactada pela incorporação da Anhanguera.
 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): a Kroton utiliza um modelo de provisionamento de perdas com recebíveis de alunos fundamentado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

no comportamento histórico e nas tendências das curvas de recuperação desses recebíveis ao longo de um ciclo de 365 dias. O montante da PCLD é constituído sobre todo esse ciclo de recebimento, desde o mês de seu faturamento. Os valores não recebidos em até 365 dias são integralmente baixados de nosso Ativo. Em contrapartida, todos os recebimentos relacionados a títulos já baixados acima de 365 dias são reconhecidos diretamente ao resultado. Conforme esse critério, o montante de PCLD para o ano de 2014 totalizou R\$ 147,5 milhões, equivalente a 3,9% da receita líquida, queda de 0,7 p.p. em relação ao ano de 2013, devido, principalmente, ao aumento da exposição ao FIES, o qual possui um nível de provisionamento menor.

- *EBITDA ajustado* – a Companhia alcançou um EBITDA ajustado de R\$ 1.456,8 milhões. A margem nesse período totalizou 38,6%, o que representa uma elevação de 2,5 p.p. quando comparado ao ano anterior. Essa evolução nas margens é decorrente dos benefícios da escala oriundos dos processos de captação e do rígido controle orçamentário sobre custos e despesas. Esse EBITDA considera os juros e mora sobre mensalidades em atraso. Se excluídos os eventos não recorrentes (R\$ 100,1 milhões), o EBITDA seria de R\$ 1.356,7 milhões em 2014 (35,9% de margem e um aumento de 1,0 p.p. em relação ao ano anterior). Se considerado os doze meses do EBITDA da Anhanguera, o EBITDA ajustado da Kroton somaria R\$ 1.701,8 milhões.
- *Endividamento* – a Kroton finalizou o ano com um endividamento líquido de R\$ 799,3 milhões, valor 120,8% superior ao ano de 2013, o que reflete o impacto da incorporação das dívidas da Anhanguera, o qual foi minimizado pela positiva geração de caixa entre os períodos. O endividamento é composto, além das dívidas oriundas da Anhanguera, pelo saldo das Debêntures emitidas em dezembro de 2011 e pelo valor parcelado das aquisições realizadas, incluindo a Uniasselvi adquirida em maio de 2012; a esse saldo é deduzido o valor das aplicações financeiras e equivalentes de caixa.
- *Resultado Financeiro* – o resultado financeiro de 2014 foi negativo em R\$ 25,0 milhões, contra um resultado financeiro negativo de R\$ 25,2 milhões em 2013, devido essencialmente pelo comportamento das linhas de juros sobre empréstimos e de juros sobre obrigações de aquisições, em função do carregamento da dívida da Anhanguera.
- *Imposto de Renda e Contribuição Social* – o montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social somou R\$ 15,2 milhões em 2014.
- *Lucro Líquido* – o lucro líquido foi de R\$ 1.000,6 milhões, evolução de 93,7% em relação ao ano de 2013. Já o lucro líquido ajustado (pela amortização de intangível e custos e despesas não recorrentes) atingiu R\$ 1.216,3 milhões, um crescimento de 108,8% em relação ao ano anterior. Se considerado os doze meses do lucro líquido da Anhanguera, o lucro líquido ajustado da Kroton alcançaria R\$ 1.372,4 milhões.
- *Investimentos* – o volume de investimentos realizados durante o ano de 2014 foi de R\$ 294,6 milhões, o que significou 7,8% da receita líquida, percentual praticamente em linha com o de 2013. Considerando também os projetos especiais, os quais incluem a aquisição de imóveis e construções de prédios para manter um nível de crescimento mais acentuado nos próximos anos, que somaram R\$ 91,1 milhões, o total de investimentos acumulou R\$ 385,7 milhões em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2014, representando 10,2% da receita líquida, ou seja, dentro das metas estabelecidas pela Companhia.

Governança Corporativa, Relações com Investidores e Premiações

A Kroton sempre adotou uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado. Nesse sentido, a Companhia possui suas ações - “KROT3” - listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os acionistas. O Conselho de Administração, que responde pela orientação geral dos negócios, foi ampliado a partir da fusão com a Anhanguera e passou a contar com treze membros, sendo três independentes. A Companhia conta também com 4 comitês consultivos – Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, Comitê de Auditoria, Comitê Acadêmico e Institucional e Comitê de Responsabilidade Social. A função principal dos comitês é propiciar ao Conselho de Administração os elementos e subsídios necessários ao processo decisório e de apoiar a Diretoria da Companhia nas políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração. Em 2014, a Kroton contou ainda com um Conselho Fiscal composto de 3 membros responsáveis por fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas. Por fim, a Companhia possui uma área de Controles Internos que tem a missão de avaliar e informar ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria, sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, bem como a adequação dos controles gerenciais e do cumprimento das normas descritas no Código de Conduta Interno.

Em 2014, a Companhia continuou avançando no aprimoramento de sua estrutura de *compliance* realizando uma série de atividades como a criação do canal de denúncia (Canal Confidencial Kroton) e a revisão do Código de Conduta.

Sempre com o objetivo de manter a transparência sobre os negócios e o desempenho da Kroton a Área de Relações com Investidores (RI) realizou mais de 25 eventos com a comunidade financeira, considerando conferências com analistas e investidores nacionais e internacionais, *road shows* no Brasil e exterior. E como reconhecimento por esse trabalho, mais uma vez a Companhia foi premiada pela *IR Magazine*, recebendo o “Prêmio Setorial – Consumo Cíclico” e pela *Institutional Investor Magazine*, nas categorias de melhor CEO, CFO e melhor RI. A Kroton também foi premiada pelo Jornal Valor, como a “Empresa do Ano” e “Melhor Desempenho no Setor de Educação e Ensino”, e pela *LatinFinance* com o prêmio “*Domestic M&A Deal of 2014*”, obtido graças à fusão com a Anhanguera.

Mercado de Capitais

Em 2014, as ações da Companhia – “KROT3” – estiveram presentes em 100% dos pregões da BM&FBovespa, atingindo volume médio diário negociado de R\$ 176,5 milhões. No ano, as ações da Kroton apresentaram valorização de 61,51%, enquanto no mesmo período o Ibovespa caiu 0,66%. Ao final de 2014, a companhia valia R\$ 25,2 bilhões na bolsa. O papel da companhia integra também o Índice Bovespa (Ibovespa), o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), o Índice de Consumo (ICON), e o Índice do Morgan Stanley Capital International (MSCI Brazil).

Em 3 de julho de 2014, os acionistas da Kroton e Anhanguera aprovaram em Assembleia Geral a fusão entre as Companhias. Com isso, as ações da Anhanguera, sob o código AEDU3, foram incorporadas ao patrimônio da Kroton e retiradas de circulação no dia 04 de julho.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dentro do âmbito do terceiro programa de recompra encerrado em 01 de julho, a Companhia adquiriu 3.311.600 ações a um preço médio de R\$ 9,44 por ação (considerando o desdobramento realizado posteriormente). Ainda em julho, foi anunciada a abertura do quarto programa de recompra de ações, com validade de 12 meses. Nesse novo programa, poderão ser adquiridas até 5.234.810 ações ordinárias, que representam 2,5% das ações em circulação, na data da aprovação (ou 20.939.240 ações após o desdobramento ocorrido em 11 de setembro). O programa tem por objetivo a maximização de valor para os acionistas, e as ações recompradas poderão ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente, podendo, ainda, ser utilizadas para atender os programas de *stock options*. Dentro desse programa, foram recompradas até dezembro de 2014 um total de 3.002.800 ações, a um preço médio de R\$ 15,48 por ação.

Em setembro, foi realizado o desdobramento (*split*) de ações da Companhia na proporção de 1:4, dessa forma foram criadas e atribuídas para cada detentor de uma ação ordinária, 3 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e com os mesmos direitos das ações atualmente existentes. Outra consequência foi aumento do número total de ações que compõem o capital da Companhia, que passou de 404.065.979 para 1.616.263.916 ações ordinárias.

Por fim, foram realizados três aumentos de capital aprovados em 2014 ocorridos em 30 de setembro, 31 de outubro e 01 de dezembro, respectivamente. Sendo assim, o capital social da Kroton passou a ser constituído por 1.623.795.559 ações ordinárias.

Remuneração dos Acionistas

O Estatuto Social da Kroton prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações. Para o ano de 2014, a Kroton declarou dividendos de R\$ 548,3 milhões, dos quais R\$ 65,3 milhões foram distribuídos de acordo com o resultado do primeiro trimestre (pagos em 26/05/2014) e R\$ 483 milhões foram distribuídos como parte do acordo de associação com a Anhanguera (pagos em 3 parcelas em 21/07/2014, 20/08/2014 e 26/09/2014).

Responsabilidade Social

No que se refere ao tema de Responsabilidade Social, a Kroton tem como um de seus principais pilares a sustentabilidade que permeia suas ações junto aos diferentes públicos, com destaque para o relacionamento com as comunidades do entorno de suas instituições. As práticas adotadas para o benefício dessas comunidades resultam em maior inclusão e em desenvolvimento social, além de aproximar a Companhia ainda mais de seu público consumidor.

Em 2014, todas as instituições da Kroton incorporaram os programas institucionais de Responsabilidade Social, que vinham sendo desenvolvidos, com sucesso, pela Anhanguera, dando ainda mais destaque para essa iniciativa. A Kroton, também, criou o Comitê de Responsabilidade Social para definir políticas e acompanhar o desenvolvimento dos programas dessa área.

No ano, foram desenvolvidos nas 130 unidades de Ensino Superior e nos Polos de Educação a Distância, cerca de 2.000 projetos de Responsabilidade Social, beneficiando mais 1,7 milhão de pessoas, principalmente, nas áreas de saúde e bem-estar e assistência jurídica.

Dos programas institucionais, destacaram-se: o Trote Solidário, com ações de promoção do bem-estar e uma vida mais saudável para 60 mil pessoas atendidas; a Semana de Responsabilidade Social, iniciativa que envolveu cursos de diferentes áreas e ofereceu atividades gratuitas a 300 mil pessoas da comunidade, nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outros; o Desafio

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Empreendedor, cujo site teve 80 mil acessos e a inscrição de 1.124 alunos, concorrendo com ideias e negócios a premiações que lhes possibilitaram avançar nos seus projetos de vida; e a participação na Semana Empreendedora, evento internacional que estimulou a cultura empreendedora entre alunos e egressos.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2014: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A Companhia contratou os auditores independentes para trabalhos referentes a serviços de *due-dilligence*. Para esses serviços especiais, com prazo de duração inferior a um ano, os honorários foram de R\$ 385 mil, o que representa 26% dos honorários da auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Cláusula Compromissória

A Kroton adotou a arbitragem como meio de solução de conflitos societários, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Kroton declara, nos termos da Instrução CVM n.º 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 18 de março de 2015; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Agradecimentos

A Administração da Kroton gostaria de registrar seus sinceros agradecimentos aos alunos, Escolas Associadas, parceiros, órgãos governamentais, fornecedores, bem como à equipe de colaboradores, pelo comprometimento e pela dedicação dispensados ao longo do ano de 2014.

Para detalhes da análise de nosso resultado de 2014, visite o nosso site:

www.kroton.com.br/ri.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

Kroton Educacional S.A. e Controladas
*Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Kroton Educacional S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kroton Educacional S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Notas Explicativas

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kroton Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” .

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com a legislação societária brasileira para Companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Notas Explicativas

Notas Explicativas

KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas ("Companhia" ou "Kroton") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; o comércio de livros didáticos e apostilas, além do licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica.

Operação societária

Em 3 de julho de 2014, a operação de aquisição de ações da Anhanguera Educacional Participações S.A. pela Companhia foi aprovada pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, passando a Anhanguera Educacional Participações S.A a ser uma controlada da Companhia. Vide nota explicativa nº5.

Esta operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 14 de maio de 2014, o qual reuniu os atos de concentração referente à operação para fins de análise dos efeitos concorrenciais e celebrou o "Acordo em Controle de Concentrações - ACC" compreendendo a transferência de alguns direitos e obrigações ("Remédios"), tidos como necessários para a preservação das condições de entrada e rivalidade do mercado relevante. A Companhia está preparando estudos para cumprir com as determinações do CADE.

A Companhia exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE e Anhanguera Educacional Participações S.A. As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.b).

A Companhia é listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3 onde negocia suas ações ordinárias.

Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e lucratividades alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o pico das vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres, ocorrem os períodos de matrículas para o semestre letivo. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais entre os trimestres de cada exercício social.

Notas Explicativas

Comparabilidade

Decorrente da incorporação das ações da Anhanguera em 3 de julho de 2014, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações de patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2014, contemplam doze meses das operações da Kroton e seis meses das operações da Anhanguera.

Esse fato deve ser considerado nas análises comparativas dessas demonstrações financeiras.

Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas nº 21 e nº 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015

Os impactos da alteração na legislação ocorrerão a partir de 2015 e foram avaliados pela Administração da Companhia. Os impactos de repasse ocorrerão somente no ano de 2015 e serão regularizados a partir de 2016, inclusive com os repasses atrasados.

Em 31 de dezembro de 2014, não foi identificado nenhum efeito relevante, inclusive sobre as projeções que suportam os cálculos de “impairment”.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, e contém as informações relevantes da Companhia e utilizadas pela Administração como instrumento de gestão. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Controladas

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.
- (iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistente com as práticas contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**b) Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

<u>Sociedades consolidadas</u>	Participação no capital total - %	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Controlada direta-		
Anhanguera - Anhanguera Educacional Participações S.A (i)	100	-
Controladas indiretas:		
Aeltda- Anhanguera Educacional	100	-
Clínica - Clínica Médica Anhanguera	100	-
Imob I - AESA Empreendimentos Imobiliários	100	-
Unipli - Sociedade Educacional Plinio Leite S/S	100	-
Luiz Rosa - Instituto Educacional Professor Luiz Rosa	100	-
Imob II - AESA Empreendimentos Imobiliários da Região Metropolitana	100	-
Imob III - AESA Empreendimentos Imobiliários do ABC	100	-
FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100	-
Juspodivm - Instituto Excelência	100	-
	Participação no capital total - %	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Controlada direta-		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	100	100
Controladas indiretas:		
Assevim - Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim	99,99	99,99
Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99	99,99
Fais - Faculdade Integradas de Sorriso	99,99	99,99
Fameg - Sociedade Educacional do Vale do Itapocu	99,99	99,99
Famelages - Sociedade Educacional do Planalto Serrano	99,99	99,99
Famesul - Instituto Educacional Alto Vale do Itajaí	99,99	99,99
GK - União Metropolitana Unime Feira de Santana	99,99	99,99
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Pax - Pax Editora e Distribuidora	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Pses - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	99,99	99,99
Spes - Sistema Pitágoras de Ensino	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	99,99	99,99
Uniasselvi - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci	99,99	99,99
Unirondon - Uniao Educacional Candido Rondon	99,99	99,99
Iuni - Iuni Educacional	100	100
Unic Educacional - Unic Educacional	99,99	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99	99,99
Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura	99,99	99,99
Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá	99,99	99,99

- (i) A controlada direta Anhanguera Educacional Participações S.A. e suas controladas indiretas foram adquiridas pela Companhia por meio de incorporação de ações no dia 3 de julho de 2014.

Notas Explicativas

2.4. Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.6. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é classificada como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.8. Ativos e passivos financeiros

2.8.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de emissão dos balanços (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Notas Explicativas

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após as datas dos balanços. Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como “Receitas financeiras”, na demonstração do resultado.

c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação que podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

d) Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa de juros efetiva é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.8.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

“Impairment” de ativos financeiros

a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “impairment” incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal.
- Probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido a dificuldades financeiras ou existência de dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de “impairment”.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível.

Notas Explicativas

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por “impairment” reconhecida anteriormente será reconhecida ao resultado.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a) anterior. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “impairment” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pela Companhia.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “impairment”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para ajustá-las ao valor de realização, se necessário.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e dos custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

Notas Explicativas

2.11. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	17
Biblioteca	10
Laboratório	10

(i) A vida útil, considera o prazo de vencimentos dos contratos de aluguéis.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais”, na demonstração do resultado.

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2014.

2.12. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como ativo intangível. Se a adquirente apurar a compra desvantajosa, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as UGCs ou para um grupo de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Notas Explicativas

b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil estimada.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.13. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

Notas Explicativas

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

2.16. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A provisão para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo depende da probabilidade de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido possam ser usadas.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, Cofins, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas Sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

2.18. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.19. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos plano de remuneração, liquidado em ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

Notas Explicativas

2.20. Arrendamento mercantil financeiro

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros, os quais são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.21. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.22. Capital social

Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia passou a ser listada no segmento especial denominado Novo Mercado, em que são permitidas somente a emissão e negociação de ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

2.23. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até as datas dos balanços.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD das controladas Unopar e Anhanguera Educacional os percentuais de 36% e 30%, respectivamente, da mensalidade do aluno são repassadas ao polo parceiro que ministra as aulas telepresenciais, assim a receita é reconhecida sobre os percentuais de 64% e 70%, respectivamente.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD provenientes da controlada Uniasselvi, o valor do repasse varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. A receita é reconhecida apenas sobre a parte da receita referente às controladas.

Polo: é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

Notas Explicativas

c) Receita e despesa financeiras

As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo esta calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas de desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método da taxa de juros efetivos.

2.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras nas datas dos balanços, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior:

- IFRIC 21 - Taxações/Imposições.
- CPC 39/IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.
- CPC 38/IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de “Hedge”.

Notas ExplicativasNormas e interpretações novas

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (e)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (d)
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Modificações às IFRSs	Acordo Contratual Conjunto (c) Melhorias anuais nas IFRSs - ciclo 2010-2012 (b)
Modificações às IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs - ciclo 2011-2013 (a)
Modificações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 41/CPC 29	Agricultura: Plantas Produtivas (c)
Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1)	Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado

(a) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2014.

(b) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções.

(c) Em vigor para exercícios a serem iniciados em 1º de janeiro de 2016.

(d) Em vigor para exercícios a serem iniciados em 1º de janeiro de 2017.

(e) Em vigor para exercícios a serem iniciados em 1º de janeiro de 2018.

Algumas das alterações promovidas nas IFRSs com aplicação obrigatória para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014 ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até 31 de dezembro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo.

A Administração da Companhia ainda não avaliou detalhadamente as novas normas, mas não espera impactos significativos decorrentes das suas implementações.

Notas Explicativas

2.26. Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/14

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei 12.973, em 13 de maio de 2014, que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e traz outras providências, dentre elas:

- i. Alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido.
- ii. Estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria.

Após a conversão da Medida Provisória em Lei Ordinária, os efeitos divulgados no 1º Trimestre de 2014 em relação a possíveis efeitos tributários sobre distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio foram revisados no texto legal, não surtindo quaisquer efeitos até sua real vigência em 2015, ou em sua opção para o exercício 2014.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu pela não adoção antecipada da referida lei.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos.

Notas Explicativas

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão apresentados comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita:

a) Perda (“impairment”) na estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração deles, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. Para identificar uma deterioração do ágio, esses ativos são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa, e a alocação é feita de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são, se aplicável, registradas no resultado do exercício em que ocorrem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Vide nota explicativa nº 18.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Vide nota explicativa nº 14.

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 27.

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afeta os testes de recuperação do custo, quando necessário.

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

Notas Explicativas

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução de sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno a seus acionistas.

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital, e conta com suporte, acompanhamento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e a seu alinhamento com os objetivos e riscos.

A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos.

b) Risco de mercado

Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de as controladas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar por aquisições de terceiros parcelados. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e não circulante são demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Empréstimos e arrendamentos mercantis (i)	48.134	3.071
Debêntures (ii)	897.240	546.149
Contas a pagar por aquisição:		
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	151.594	166.416
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	92.293	20.052
Outras	1.635	2.434
	<u>1.190.896</u>	<u>738.122</u>

Notas Explicativas

(i) R\$42.740 refere-se a arrendamentos mercantis atualizados a taxas prefixadas médias de 6,7% ao ano. Vide nota explicativa nº20.

(ii) As debêntures são atualizadas por juros de 100% do CDI com os seguintes acréscimos por emissão:

1ª emissão Debêntures	+ 2,00% a.a.
4ª emissão Debêntures	+ 1,95% a.a.
5ª emissão Debêntures 1ª série	+ 1,50% a.a.
5ª emissão Debêntures 2ª série	+ 1,70% a.a.

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

A política de vendas da Companhia e de suas controladas acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo, contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros créditos que resultam diretamente de suas operações.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	1.770	786	515	3.071
Debêntures	111.408	217.370	217.371	546.149
Contas a pagar - aquisições	<u>43.171</u>	<u>69.612</u>	<u>76.119</u>	<u>188.902</u>
	<u>156.349</u>	<u>287.768</u>	<u>294.005</u>	<u>738.122</u>
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	7.279	4.727	36.128	48.134
Debêntures	193.976	440.351	262.913	897.240
Contas a pagar - aquisições	<u>74.802</u>	<u>94.477</u>	<u>76.243</u>	<u>245.522</u>
	<u>276.057</u>	<u>539.555</u>	<u>375.284</u>	<u>1.190.896</u>

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Notas Explicativas

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (i)	-	-	1.190.896	738.122
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante (ii)	<u>(55.177)</u>	<u>(1.005)</u>	<u>(455.332)</u>	<u>(423.086)</u>
Dívida líquida	(55.177)	(1.005)	735.564	315.036
Patrimônio líquido (iii)	<u>11.446.408</u>	<u>2.618.689</u>	<u>11.446.408</u>	<u>2.618.689</u>
Índice de alavancagem financeira	-	-	6,4%	12,0%

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos bancários circulantes e não circulantes, debêntures emitidas e contas a pagar de aquisições, conforme detalhado nas notas explicativas nº 20, nº 21 e nº 24.
- (ii) Trata-se de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 8 e nº 9.
- (iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital social e as reservas da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

4.3. Análise de sensibilidade

A seguir, quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes nas datas dos balanços.

a) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - circulantes e não circulante

Controladora

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	54.947	Desvalorização do CDI	6.594	4.946	3.297

Consolidado

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	438.497	Desvalorização do CDI	53.058	39.794	26.529

Notas Explicativas

b) Empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar - aquisições

Consolidado

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	1.048.834	Alta do CDI	126.909	158.636	237.954
IPCA	92.293	Alta do IPCA	6.091	7.614	9.137

Não são considerados os contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R\$42.740, atualizado por uma taxa média de 6,7%, conforme nota explicativa nº 20.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia demonstrou o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses, utilizando taxas projetadas: CDI - 12,1 % e IPCA - 6,6% ao ano.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

As taxas utilizadas para a projeção foram extraídas de fontes externas independentes: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI de estimativa divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Aquisição da Anhanguera

Em 3 de julho de 2014, foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias, a incorporação pela Companhia da totalidade das 437.070.783 ações ordinárias de emissão da Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Anhanguera").

Em decorrência da incorporação de ações, foram emitidas 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia que foram atribuídas aos acionistas da Anhanguera. Como consequência, a Anhanguera passou a ser uma controlada da Companhia.

O aumento do capital social da Companhia foi de R\$2.327.299, correspondente ao patrimônio líquido contábil da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013, conforme laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizada como reserva de capital "Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios".

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor da cotação de mercado (preço de fechamento) da ação da Companhia na data da aquisição (Em 3 de julho de 2014), como segue:

Quantidade de ações emitidas pela Companhia	135.362.103
Preço de fechamento da ação da Companhia (KROT3) (*)	<u>61,38</u>
Preço da aquisição	<u>8.308.526</u>

(*) antes do desdobramento das ações

Notas Explicativas

A alocação do preço de aquisição e os saldos preliminares a valor justo da Anhanguera estão demonstradas a seguir:

03/07/2014

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	188.806
Contas a receber	364.259
Estoques	21.663
Adiantamentos	6.838
Tributos a recuperar	38.026
Depósitos judiciais	22.669
Garantia de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	128.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	416.643
Imobilizado	744.422
Intangível:	
Ágio em participações	1.268.282
Desenvolvimento de conteúdo	75.761
Acordos de não concorrência	47.082
Software	28.784
Outros intangíveis	95.268
Marcas (i)	1.805.523
Licenças e rede parceira de polos (ii)	490.066
Carteira de clientes (iii)	273.118
Outros ativos	<u>115.581</u>
Total do ativo	<u>6.131.579</u>

Passivos

Fornecedores	(80.032)
Empréstimos e financiamentos	(161.785)
Debêntures	(583.272)
Obrigações sociais e trabalhistas	(194.745)
Impostos e contribuições a recolher	(107.529)
Adiantamentos de clientes	(40.390)
Aquisições a pagar	(50.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.050.297)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(811.627)
Outros passivos	<u>(52.230)</u>
Total do passivo	<u>(3.132.410)</u>

Ativos líquidos	<u>2.999.169</u>
Preço de aquisição	<u>(8.308.526)</u>
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado preliminarmente como ágio	<u>5.309.357</u>

(i) Marca com vida útil definida em 25 anos.

(ii) Licenças de operação e rede de parceria de polos com vida útil indefinida.

(iii) Carteira de clientes com vida útil definida em 3,5 anos.

Notas Explicativas

O estudo de alocação final do excesso de preço será efetuado dentro do prazo de um ano do início da operação, mas a Administração não espera efeitos relevantes no resultado decorrentes da conclusão dessa alocação.

Resultado pró-forma

Caso a Anhanguera tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2014, nas demonstrações do resultado consolidado teria sido incluída uma receita líquida de R\$2.028.404 e lucro de R\$242.231 e a receita líquida consolidada da Companhia seria de R\$4.818.899 e o resultado consolidado seria de R\$1.126.414.

Remédios do CADE

Em 14 de maio de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, celebrou o Acordo em Controle de Concentrações - ACC, no qual a Companhia se comprometeu com uma série de medidas restritivas de mercado (Remédios), incluindo a alienação da mantenedora da Uniasselvi, que oferece cursos de graduação na modalidade de ensino a distância (EAD), sob a bandeira Uniasselvi, e também outras duas instituições de ensino superior que oferecem cursos presenciais em Rondonópolis e Cuiabá. Além disso, foi assumido o compromisso de limitar o número de alunos que poderá ser captado por suas bandeiras em determinados cursos EAD em 48 municípios específicos, até 2017. Pelo mesmo período, a Companhia se comprometeu a não utilizar concomitantemente suas bandeiras para captar novos alunos em determinados cursos EAD em municípios nos quais a Companhia e a controlada Anhanguera venham a atuar.

A Companhia iniciou as atividades internas necessárias para o total cumprimento dos Remédios do CADE, tais como: cisão parcial dos ativos e abertura das empresas, transferências de manutenção de cursos para as novas empresas; segregação das atividades administrativas, e identificação de potencial comprador. Na avaliação da Administração, na data de encerramento dessas demonstrações financeiras, as condições requeridas para classificação destes ativos como disponível para a venda não haviam sido atendidas.

Notas Explicativas

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2014 estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, as premissas e as limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:

a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

c) Contas a receber

Classificados como recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam do valor de mercado.

d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados.

Notas ExplicativasConsolidado

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros são como segue:

<u>Em 31 de dezembro de 2014</u>	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	450.764	450.764
Títulos e valores mobiliários (i)	Empréstimos e recebíveis	4.568	4.568
Contas a receber (ii)	Empréstimos e recebíveis	742.755	742.755
Demais contas a receber	Empréstimos e recebíveis	132.973	132.973
Passivos:			
Fornecedores (iv)	Outros passivos financeiros	184.415	184.415
Empréstimos e financiamentos (v)	Outros passivos financeiros	48.134	48.134
Debêntures	Outros passivos financeiros	897.240	893.984
Contas a pagar – aquisições	Outros passivos financeiros	245.522	245.522
Demais contas a pagar (iii)	Outros passivos financeiros	9.429	9.429
<u>Em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	418.932	418.932
Títulos e valores mobiliários (i)	Empréstimos e recebíveis	4.154	4.154
Contas a receber (ii)	Empréstimos e recebíveis	354.653	354.653
Demais contas a receber (com exceção de despesas antecipadas) (iii)	Empréstimos e recebíveis	25.721	25.721
Passivos:			
Fornecedores (iv)	Outros passivos financeiros	79.602	79.602
Empréstimos e financiamentos (v)	Outros passivos financeiros	3.071	3.071
Debêntures (vi)	Outros passivos financeiros	546.149	546.149
Contas a pagar - aquisições	Outros passivos financeiros	188.902	188.902
Demais contas a pagar (iii)	Outros passivos financeiros	7.906	7.906

- (i) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) O saldo de contas a receber tem prazo médio de recebimento de 68 dias; portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia. O cálculo do prazo médio utiliza o saldo de contas a receber líquido de curto prazo dividido pela receita líquida.
- (iii) Referem-se a instrumentos acordados por meio de contrato e que serão liquidados em dinheiro; os valores justos aproximam-se do valor contábil.
- (iv) O saldo de fornecedores tem prazo médio substancialmente em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado.
- (v) A Companhia entende que, se contratasse novos arrendamentos ou empréstimos de capital de giro, com as mesmas características, os custos e encargos envolvidos seriam próximos dos valores contábeis.

Notas Explicativas**7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito:				
Grupo 1 - ensino superior	-	-	1.067.270	441.484
Grupo 2 - educação básica	-	-	46.204	36.125
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.113.474</u>	<u>477.609</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo: (i)				
AAA	96	5	16.305	24.086
AA	133	-	133	43
A			17	
Outros	-	-	380	64
	<u>229</u>	<u>5</u>	<u>16.835</u>	<u>24.193</u>
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários circulantes e não circulantes: (i)				
AAA	<u>54.947</u>	<u>1.000</u>	<u>438.497</u>	<u>398.893</u>

(i) “Rating” atribuído pelas agências de classificação de risco Fitch Ratings e Standard & Poor’s (S&P).

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Conta corrente	230	5	16.835	24.193
Aplicações financeiras				
Fundo de renda fixa (i)	-	1.000	19.875	12.909
Fundo de investimento (ii)	-	-	228.642	-
Fundo exclusivo (iii)	48.729	-	165.021	372.273
CDB (iv)	6.218	-	6.310	8.557
Notas e letras do tesouro (v)	-	-	14.081	-
Título de capitalização	-	-	-	1.000
	<u>55.177</u>	<u>1.005</u>	<u>450.764</u>	<u>418.932</u>

(i) Referem-se a aplicações financeiras em fundo de renda fixa, de excedente de caixa diário, com remuneração média de 70% do CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

Notas Explicativas

- (ii) Referem-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo de investimento com alta liquidez, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo Atenas está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras - LF e outras aplicações com indexados ao CDI, sendo 68,3% de crédito privado - bancos e 31,7% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 103,3% do CDI.

- (iii) Referem-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo Tenerife está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras - LF e outras aplicações com indexados ao CDI, sendo 55,5% de crédito privado - bancos e 44,5% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 103,6% do CDI.

- (iv) Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 100,1% do CDI.

- (v) Composto por Notas do Tesouro Nacional – NTN.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - NÃO CIRCULANTES

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
CDB (i)	4.568	500
Debêntures (ii)	-	3.654
	<u>4.568</u>	<u>4.154</u>

- (i) São aplicações que não possuem liquidez imediata e foram classificadas como não circulantes atrelados ao CDI com rentabilidade de 100% do CDI.
- (ii) São aplicações compromissadas atreladas às debêntures emitidas por terceiros e não possuem liquidez imediata.

Notas Explicativas**10. CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ensino superior (i)	1.067.270	441.484
Educação básica	<u>47.812</u>	<u>36.125</u>
	1.115.082	477.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Ensino superior	(353.922)	(114.105)
Educação básica	<u>(5.854)</u>	<u>(7.865)</u>
	(359.776)	(121.970)
Contas a receber de clientes, líquidas (ii)	755.306	355.639
Ajuste a valor presente (iii)	<u>(12.551)</u>	<u>(986)</u>
	<u>742.755</u>	<u>354.653</u>
Circulante	732.410	328.141
Não circulante (iv)	10.345	26.512

- (i) No segmento de ensino superior presencial, a Companhia possui alunos contemplados pelo Programa FIES.

Conforme a legislação que instituiu esse Programa, a Companhia recebe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE repasses correspondentes (98% sem Fundo garantidor e 94,2% com fundo garantidor) ao montante financiado por seus alunos. Adicionalmente, a Companhia pode também compensar tributos federais com os montantes a serem repassados pelo FNDE.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber do FIES, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$314.538 (R\$153.268 em 31 de dezembro de 2013).
- (iii) O ajuste a valor presente é calculado somente sobre os saldos das contas a receber com vencimentos futuros, cujos juros foram reconhecidos na data presente. A taxa média utilizada foi de 6,2% ao ano.
- (iv) Refere-se a renegociações e créditos estudantis (ensino superior). Somente as mensalidades de ensino superior vencidas até 365 dias permanecem registradas no contas a receber. Os títulos vencidos acima de 365 dias são baixados, assim como sua respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Baixa dos títulos vencidos há mais de 365 dias	<u>(125.322)</u>	<u>(65.736)</u>

A Companhia não possui operações de desconto de duplicata em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Valores a vencer (i)	626.157	263.872
Vencidos:		
Até 30 dias	98.719	40.661
Entre 31 e 60 dias	83.339	34.749
Entre 61 e 90 dias	51.879	18.878
Entre 91 e 365 dias	254.988	119.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(359.776)	(121.970)
Ajuste a valor presente	<u>(12.551)</u>	<u>(986)</u>
	<u>742.755</u>	<u>354.653</u>

(i) Os valores a receber do FIES estão classificados nesta rubrica.

A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando as “safras” mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a performance de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionado. A probabilidade de perda aumenta conforme o tempo de atraso do pagamento, e quando o atraso atinge uma faixa superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua ocorrência.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos sem fundo garantidor, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para contratos com fundo garantidor a Companhia é responsável por 1,5% de uma eventual inadimplência do aluno.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(95.363)
Baixa contra contas a receber	65.736
Constituição	<u>(92.343)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(121.970)
Baixa contra contas a receber	125.322
Constituição	(147.542)
Adição proveniente de adquirida - (nota explicativa nº 5)	<u>(215.586)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(359.776)</u>

Notas Explicativas**11. ESTOQUES**

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Livros e coleções “Pitágoras”	22.022	15.599
Livros didáticos – Programa Livro Texto “PLT”	20.036	-
Livros comerciais	1.301	5.575
Outros	210	-
Provisão para perdas (i)	<u>(7.493)</u>	<u>(4.532)</u>
	<u>36.076</u>	<u>16.642</u>

(i) A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções de exercícios anteriores é calculada com base na expectativa de realização destes.

O custo dos estoques reconhecidos como custo dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$40.216 (R\$24.859 em 31 de dezembro de 2013).

A movimentação da provisão para perda nos estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.410)
Constituição	(3.834)
Baixas	<u>712</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(4.532)
Adições provenientes de adquiridas – (nota explicativa nº 5)	(2.855)
Constituição	(4.752)
Baixa	<u>4.646</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(7.493)</u>

12. ADIANTAMENTOS

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores:		
Campus Betim (i)	4.146	6.669
Campus Teixeira de Freitas (i)	89	-
Campus Macapá (i)	-	341
Campus Raja (i)	1.390	-
Campus Valadares (i)	700	450
Campus Barreiro (i)	3.000	3.000
Campus Londrina (i)	847	-
Campus São José (i)	1.680	-
Plano de comunicação (ii)	-	1.807
Empregados (iii)	29.178	12.666
Repasse para polos de EAD (iv)	5.340	1.247
Viagens	628	530
Outros	<u>5.541</u>	<u>2.224</u>
	<u>52.539</u>	<u>28.934</u>
Circulante	49.962	25.320
Não circulante	2.577	3.614

Notas Explicativas

- (i) Refere-se a antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim, Teixeira de Freitas, Raja, Valadares, Barreiro, Londrina e São José. Esses valores são classificados como recuperáveis, pois serão compensados no pagamento mensal dos aluguéis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato. Todos têm prazo de realização em até dois anos, com exceção de Betim e São José, cuja expectativa excede esse prazo.
- (ii) Refere-se a adiantamentos para agências de publicidade para desenvolvimento de campanhas de marketing.
- (iii) Refere-se principalmente a adiantamentos de férias a funcionários.
- (iv) Refere-se a recebíveis de alunos que são adiantados pela Companhia aos polos de EAD para a manutenção da operação. À medida que os recebimentos dos alunos ocorrem, os valores são deduzidos do saldo de repasse adiantado ao polo.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante:				
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	1.036	1.227	44.384	16.679
PIS, Cofins e ISS a recuperar (iii)	-	-	5.761	2.835
INSS a recuperar (ii)	-	-	3.985	1.061
Outros tributos a recuperar (iv)	-	-	615	2.166
ICMS a recuperar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>332</u>	<u>115</u>
	<u>1.036</u>	<u>1.227</u>	<u>55.077</u>	<u>22.856</u>
Não circulante-				
Outros tributos a recuperar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.282</u>	<u>6.324</u>

- (i) Refere-se a IRRF e saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados por estimativa, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) Refere-se a tributos retidos na fonte vinculados à emissão de notas fiscais da prestação de serviços.
- (iii) Refere-se a tributos retidos na fonte por clientes pessoa jurídica.
- (iv) Trata-se de parcelas de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

Notas Explicativas**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS****a) Imposto de renda e contribuição social no resultado**

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social do exercício (CSLL)	975.193	516.571
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	<u>(331.566)</u>	<u>(175.634)</u>
Reconciliação:		
Equivalência patrimonial	386.777	180.135
Adições (exclusões) líquidas (ii)	(51.597)	(4.350)
IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização do ágio	25.407	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos	<u>(3.614)</u>	<u>(151)</u>
Total IRPJ e CSLL	<u>25.407</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	25.407	-
	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	1.015.841	533.540
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	<u>(345.386)</u>	<u>(181.404)</u>
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i)	338.893	145.307
IRPJ e CSLL não constituídas sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (ii)	(24.760)	2.525
Compensações de prejuízos fiscais e base negativa em controladas com créditos fiscais não constituídos	1.724	7.342
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	(7.215)	(2.877)
Outros	1.232	105
Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v)	6.576	-
IRPJ e CSLL diferidos, líquidos – constituídos no exercício	<u>13.695</u>	<u>12.033</u>
Total IRPJ e CSLL	<u>(15.241)</u>	<u>(16.969)</u>
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(28.936)	(19.023)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	13.695	2.054

(i) Corresponde ao benefício fiscal da Lei nº 11.096 de 2005 (ProUni), calculado pelo método do lucro da exploração sobre as atividades incentivadas (vide item c).

(ii) As principais adições e exclusões são: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para participação de funcionários nos lucros e provisão para perdas fiscais, trabalhistas e cíveis, amortização do ágio alocado em participações societárias, além dos ajustes de RTT relativos ao Ajuste a Valor Presente, diferença entre as taxas de depreciação fiscal e contábil e o “deemed cost” dos ativos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

- (iii) Referem-se às controladas PAX e AESA Imobiliária optantes pelo Lucro Presumido no exercício 2014. O Lucro Presumido é o regime de tributação onde o recolhimento do Imposto de Renda e a Contribuição Social tem como base de cálculo a alíquota de presunção de Lucro (32% para as atividades de serviços) sobre o faturamento da Companhia.
- (iv) A Companhia utilizou-se do benefício de quitação de parcelamentos federais constante da Lei nº 13.043/2014, com isso utilizando-se créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais de empresas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos em 31 de dezembro de 2014 estão registrados em diversas empresas do grupo.

De acordo com as projeções, ajustadas a valor presente e refletindo a expectativa de determinadas reestruturações societárias, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos, sendo possível a antecipação:

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	191.377	1.498
Diferenças Temporárias do Lucro Real	231.609	-
Outros ajustes	<u>11.863</u>	<u>-</u>
	<u>434.849</u>	<u>1.498</u>

- (i) O IRPJ e CSLL diferidos apurados sobre diferenças temporárias são provenientes dos ajustes de adição ao Lucro Real efetuados no cálculo tributário de provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos sobre ajustes de RTT são provenientes das diferenças contábeis com base na lei 11.638/2007 em relação ao procedimento anteriormente adotado, relativos ao ajuste a valor presente e diferenças entre as taxas de depreciação fiscal e contábil das empresas do grupo Anhanguera integradas à Companhia neste exercício;

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos, sendo possível a antecipação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015-2016	36.843	-
2017-2018	103.530	353
2019-2020	178.498	387
2020-2021	73.430	424

Notas Explicativas

2022-2023	<u>42.548</u>	<u>334</u>
	<u>434.849</u>	<u>1.498</u>

Notas Explicativas

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados conforme segue:

Controladora

	<u>Efeito no resultado</u>			
		<u>Amortização</u>		
		<u>do ágio</u>		
		<u>alocado aos</u>	<u>Por</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>intangíveis</u>	<u>aquisição</u>	<u>31/12/2014</u>
		<u>Outros</u>		
<u>No passivo</u>				
Ágio sobre combinação de negócios	<u>-</u>	<u>25.407</u>	<u>-</u>	<u>(840.627)</u>
				<u>(815.220)</u>

Consolidado

	<u>Efeito no resultado</u>			
		<u>Amortização</u>		
		<u>do ágio</u>		
		<u>alocado aos</u>	<u>Por</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>intangíveis</u>	<u>Aquisição</u>	<u>31/12/2014</u>
		<u>Outros</u>		
<u>No ativo</u>				
Imposto de renda e contribuição social:				
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL	1.498	-	191.377	191.377
Diferenças temporárias do lucro real	-	14.926	216.683	231.609
Outros ajustes	-	-	11.862	11.862
Ativo não circulante	<u>1.498</u>	<u>-</u>	<u>419.922</u>	<u>434.848</u>
<u>No passivo</u>				
Ágio sobre combinação de negócios	(158.972)	37.440	(1.015.953)	(1.174.658)
Outros ajustes	-	-	(37.294)	(37.294)
	<u>(158.972)</u>	<u>37.440</u>	<u>(1.053.247)</u>	<u>(1.211.952)</u>

A variação do Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Diferido referente ao Ajuste de RTT refere-se às diferenças entre os efeitos fiscais e contábeis de ajuste a valor presente e taxas de depreciação, contemplados nas linhas de outros ajustes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são substancialmente provenientes do ágio alocado decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual, primordialmente.

Notas Explicativas

c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

Segundo a Instrução Normativa nº 456, de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUni fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- i. Imposto de renda e contribuição social com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.
- ii. Cofins e PIS referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Devido à isenção desses tributos a quem adere ao ProUni, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetuam contabilização de créditos tributários, devido a relevância de sua alíquota efetiva. Os créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$456.605.

Adicionalmente, as controladas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas controladas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

Com a publicação da Instrução Normativa 1.394 de 06 de setembro de 2013, a RFB regulamentou o cálculo da isenção parcial com a aplicação do POEB – Proporcional de Ocupação Efetiva de Bolsas. Com isso, a partir de 2015, a instituição que não atingir a meta estipulada pela Lei 11.096/2005, terá a isenção proporcional conforme o POEB.

Notas Explicativas**15. DEMAIS CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante:				
Operações de cartão de crédito (i)	-	-	15.639	4.775
Direitos sobre cessão de bens (ii)	-	-	1.421	496
Despesas antecipadas (iii)	-	3	5.135	1.201
Crédito com adquiridas (iv)	-	-	74.631	16.716
Venda de imóveis (vi)	-	-	28.386	-
Outros	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>1.070</u>	<u>-</u>
	<u>12</u>	<u>3</u>	<u>126.282</u>	<u>23.188</u>
Não circulante:				
Venda da controlada Suesc (v)	-	-	2.882	2.533
Venda de Imóveis (vi)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.809</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.691</u>	<u>2.533</u>

- (i) Saldo a receber das operadoras de cartão de crédito referente aos pagamentos dos alunos por meio dessa modalidade.
- (ii) Saldos a receber pela transferência de propriedade aos polos de EAD de equipamentos de informática e audiovisuais. A controlada EDE mantém contratos para compra de bens por meio de arrendamento financeiro e transfere os bens aos polos parceiros. A controlada mantém, dessa forma, arrendamento mercantil financeiro, conforme a nota explicativa nº 20.
- (iii) Referem-se aos saldos de despesas antecipadas representados principalmente por pagamentos antecipados de material didático dos cursos de EAD e por prêmios de seguro.
- (iv) A controlada Anhanguera Educacional S.A registrou um ativo de reembolso em função dos direitos contratuais de ressarcimento dos ex-proprietários da Academia Paulista Anchieta Ltda. (APA) no montante atualizado de R\$47.233 referente ao saldo a recolher de ISS parcelado através do programa de parcelamento incentivado (PPI) da prefeitura de São Paulo.

A Companhia possui saldos a receber no montante de R\$8.325 corresponde a ressarcimento de despesas pagas de antigos proprietários.

A controlada Unirondon possui débitos previdenciários perante o INSS, no montante de R\$6.596, que serão quitados em 60 parcelas, sendo as parcelas pagas pela Companhia e de responsabilidade dos vendedores. A Companhia fará o desconto das parcelas a pagar pela aquisição.

As demais controladas somadas possuem o saldo de R\$11.059 referente a impostos e sucumbências garantidos pelos antigos vendedores.

Notas Explicativas

- (v) O valor a receber pela venda da Suesc, ocorrida em abril de 2011, está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia terá o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato e o valor da causa. O valor a pagar está registrado na rubrica “demais contas a pagar” do passivo não circulante. O saldo é corrigido mensalmente por 1%.
- (vi) Substancialmente refere-se ao saldo a receber pela venda em 19 de agosto de 2013 de imóvel do Morumbi, situado no município de São Paulo, o qual possui saldo corrigido a receber de R\$25.820 em 12 parcelas mensais. O saldo é corrigido mensalmente por 100% do CDI.

16. INVESTIMENTOS**a) Composição**

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Investimentos em controladas:		
EDE	2.860.824	2.579.780
Anhanguera	1.668.830	-
Subtotal	4.529.654	2.579.780
Ágio e ágio alocado Anhanguera (i)	<u>7.821.927</u>	<u>-</u>
Total	<u>12.351.581</u>	<u>2.579.780</u>

- (i) A movimentação do ágio alocado proveniente da combinação de negócios com a Anhanguera está informada na nota explicativa nº 5 - Combinação de negócio e nota explicativa nº 18 - Intangível.

b) Informação sobre investimentos das controladoras diretas:Controlada EDE

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Quantidade de ações possuídas	2.160.752.536	2.160.752.536
Participação no capital social - %	100	100
Capital social	2.160.753	2.160.753
Patrimônio líquido	2.860.824	2.592.252
Lucro do exercício	1.021.162	529.808
Saldo contábil do investimento	2.860.824	2.579.780
Equivalência patrimonial	1.021.162	529.808

Notas ExplicativasControlada Anhanguera31/12/2014

Quantidade de ações possuídas	437.070.783
Participação no capital social - %	100
Capital social	1.928.435
Patrimônio líquido (i)	1.668.830
Lucro do exercício (ii)	116.417
Saldo contábil do investimento	1.668.830
Equivalência patrimonial	116.417

A movimentação do investimento é como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	2.579.780	2.186.232
Aumento de capital	126.170	3.930
Adição decorrente de associação (i)	1.426.240	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.137.579	529.808
Dividendos (iii)	(740.115)	(140.190)
Ágio e ágio alocado Anhanguera	<u>7.821.927</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>12.351.581</u>	<u>2.579.780</u>

(i) Em 3 de julho de 2014, foi aprovado o acordo de associação com a Anhanguera Educação Participações S.A. A partir dessa data, a empresa tornou-se uma controlada da Companhia.

(ii) Lucro do exercício de 3 de julho a 31 de dezembro de 2014.

(iii) Dividendos adicionais sobre o lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e dividendos sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014.

c) Informações sobre investimentos da controlada EDE em suas respectivas controladas diretas e indiretas:

	Quantidade de cotas possuídas		Capital social		Patrimônio líquido	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ceama	34.958.305	34.078.305	34.958	34.078	66.998	37.722
Fais	8.228.752	8.228.752	8.229	8.229	10.823	14.427
GK	5.471.044	5.471.044	5.471	5.471	6.505	6.229
Orme	78.854.388	51.344.388	78.854	51.344	38.370	19.801
Pax	11.031.163	11.031.163	11.031	11.031	11.545	15.364
Projecta	10.234.275	10.234.275	10.234	10.234	4.223	5.760
Pses	127.296.879	127.296.879	127.297	127.297	195.107	263.819
Spes	23.480.389	18.031.325	23.480	18.031	24.101	21.961
União	6.708.878	6.708.878	6.709	6.709	10.466	4.757
Unirondon	28.025.000	28.025.000	28.025	28.025	31.519	23.866
Assevim	6.195.918	6.195.918	6.196	6.196	6.496	5.086
Fameg	6.471.685	6.471.685	6.472	6.472	7.450	6.292
Famelages	4.030.842	4.030.842	4.031	4.031	871	1.676
Famesul	13.942.641	13.942.641	13.943	13.943	5.372	4.081

Notas Explicativas

	Quantidade de cotas possuídas		Capital social		Patrimônio líquido	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Uniasselvi	1.690.000	1.690.000	1.690	1.690	55.176	83.136
Iuni	296.932.868	291.911.168	296.933	291.911	351.163	314.662
Unic Educacional	75.515.856	75.515.856	75.516	75.516	107.564	82.610
Unime Salvador	13.726.544	13.726.544	13.727	13.727	22.874	25.349
Unime LF	37.409.183	37.409.183	37.409	37.409	60.789	78.165
Fama Macapá	11.619.489	11.619.489	11.619	11.619	22.235	44.192
	Ativo total		Passivo total		Receita líquida	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ceama	74.901	55.865	7.903	18.143	42.950	26.238
Fais	14.092	15.986	3.269	1.559	23.838	15.783
GK	7.472	6.798	967	568	6.077	4.690
Orme	40.868	24.422	2.498	4.620	15.780	10.204
Pax	19.293	17.667	7.749	2.303	23.850	18.451
Projecta	4.710	6.228	488	468	7	1.922
Pses	237.904	287.542	42.798	23.723	400.568	265.364
Spes	32.088	34.254	7.987	12.293	57.012	51.570
União	12.874	6.489	2.408	1.732	13.669	8.012
Unirondon	59.489	54.885	27.970	31.019	32.772	26.163
Assevim	7.501	8.548	1.005	3.462	8.233	6.803
Fameg	8.716	9.860	1.265	3.568	14.500	11.237
Famelages	1.106	2.424	236	748	-	-
Famesul	6.730	9.097	1.358	5.016	5.688	3.917
Uniasselvi	80.038	154.852	24.863	71.716	235.085	205.152
Iuni	406.875	392.914	55.712	78.252	323.248	238.175
Unic Educacional	129.189	100.491	24.939	17.881	207.614	138.547
Unime Salvador	28.539	30.235	5.665	4.886	42.194	28.566
Unime LF	84.080	120.626	23.291	42.461	122.463	85.256
Fama Macapá	29.887	50.580	7.652	6.388	81.110	45.010
	Lucro (prejuízo) líquido		Saldo contábil do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ceama	33.397	11.817	66.998	37.722	33.397	11.817
Fais	14.336	8.630	10.823	14.427	14.336	8.630
GK	1.296	1.290	6.505	6.229	1.296	1.290
Orme	(8.941)	(9.743)	38.370	19.801	(8.941)	(9.743)
Pax	2.961	2.211	11.544	15.364	2.961	2.211
Projecta	(1.536)	(106)	4.222	5.760	(1.536)	(106)
Pses	211.638	111.081	195.106	263.819	211.638	111.081
Spes	9.937	2.621	24.101	21.961	9.937	2.621
União	6.269	1.179	10.466	4.757	6.269	1.179
Unirondon	15.993	10.006	31.519	23.866	15.993	10.006
Assevim	1.410	1.082	6.496	5.086	1.410	1.082
Fameg	4.396	2.256	7.451	6.292	4.396	2.256
Famelages	(806)	(567)	870	1.676	(806)	(567)
Famesul	1.291	(59)	5.372	4.081	1.291	(59)
Uniasselvi	96.570	75.694	55.175	83.136	96.570	75.694
Iuni	310.629	132.683	354.478	314.662	313.944	132.683
Unic Educacional	120.5350	67.779	104.250	82.610	123.850	67.779
Unime Salvador	15.893	9.791	22.874	25.349	15.893	9.791
Unime LF	120.519	50.616	81.389	78.165	120.519	50.616
Fama Macapá	54.443	26.010	42.835	44.192	54.443	26.010

Notas Explicativas

- d) Informações sobre investimentos da controlada Anhanguera - Anhanguera Educacional Participações S.A em suas respectivas controladas diretas e indiretas:

	Quantidade de cotas possuídas		Capital social		Patrimônio líquido	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Nakspe (Clínica Médica)	20.500	-	21	-	491	-
UniPli	44.590.778	-	44.591	-	92.829	-
Fac Luiz Rosa	1.754.406	-	1.754	-	5.510	-
AESA Imob I	20.721.553	-	20.722	-	18.717	-
AESA Imob II	12.880.324	-	12.880	-	13.571	-
AESA Imob III	7.187.106	-	7.187	-	7.031	-
FIDC	31.405	-	31.405	-	54.960	-
Juspodivm	12.829.000	-	12.829	-	1.247	-
Anhanguera	1.456.464.361	-	1.456.464	-	1.443.942	-

	Ativo total		Passivo total		Receita líquida	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Nakspe (Clínica Médica)	506	-	14	-	-	-
UniPli	119.411	-	26.597	-	95.190	-
Fac Luiz Rosa	5.774	-	264	-	3.216	-
AESA Imob I	24.034	-	5.316	-	-	-
AESA Imob II	15.045	-	1.475	-	-	-
AESA Imob III	7.456	-	425	-	-	-
FIDC	55.021	-	62	-	15.793	-
Juspodivm	1.741	-	495	-	195	-
Anhanguera	2.498.817	-	1.066.050	-	1.842.203	-

	Lucro (prejuízo) líquido		Saldo contábil do investimento		Equivalência patrimonial	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Nakspe (Clínica Médica)	17	-	491	-	17	-
UniPli	24.381	-	92.814	-	24.381	-
Fac Luiz Rosa	2.296	-	5.510	-	2.296	-
AESA Imob I	911	-	18.717	-	911	-
AESA Imob II	610	-	13.571	-	610	-
AESA Imob III	284	-	7.031	-	284	-
FIDC	4.932	-	54.960	-	4.932	-
Juspodivm	(1.232)	-	1.247	-	(1.232)	-
Anhanguera	114.212	-	1.432.767	-	114.212	-

Notas Explicativas**17. IMOBILIZADO**Consolidado

	Taxa média anual de depreciação - %	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido
Equipamentos de informática	20	175.023	(96.940)	78.083	73.211	(46.702)	26.509
Móveis, equipamentos e utensílios	10	435.923	(169.412)	266.511	178.636	(76.100)	102.536
Biblioteca	10	202.823	(105.032)	97.791	91.087	(44.078)	47.009
Edificações e benfeitorias	6	915.703	(138.897)	776.806	217.332	(37.522)	179.810
Imobilizado em andamento	-	91.826	-	91.826	31.687	-	31.687
Terrenos	-	<u>110.859</u>	<u>-</u>	<u>110.859</u>	<u>82.570</u>	<u>-</u>	<u>82.570</u>
		<u>1.932.157</u>	<u>(510.281)</u>	<u>1.421.876</u>	<u>674.523</u>	<u>(204.402)</u>	<u>470.121</u>

A depreciação alocada às rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas administrativas” do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$99.079 (R\$46.431 em 31 de dezembro de 2013).

Os itens do ativo imobilizado têm sua depreciação calculada de forma linear e não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>19.229</u>	<u>88.868</u>	<u>46.379</u>	<u>130.404</u>	<u>27.237</u>	<u>59.735</u>	<u>371.852</u>
Adições	15.061	29.677	8.694	5.338	64.075	22.656	145.501
Outras Adições	-	-	-	-	-	179	179
Baixas	(47)	(323)	-	(450)	(160)	-	(980)
Depreciações	(7.734)	(15.686)	(8.064)	(14.947)	-	-	(46.431)
Transferências	-	-	-	59.465	(59.465)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>26.509</u>	<u>102.536</u>	<u>47.009</u>	<u>179.810</u>	<u>31.688</u>	<u>82.570</u>	<u>470.121</u>
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>26.509</u>	<u>102.536</u>	<u>47.008</u>	<u>179.810</u>	<u>31.688</u>	<u>82.570</u>	<u>470.121</u>
Adições	32.404	65.605	21.208	5.059	182.952	8	307.236
Adições proveniente das adquiridas (i)	33.381	124.856	42.370	434.712	81.172	27.931	744.422
Baixas	(91)	(446)	(282)	-	-	-	(819)
Depreciações	(13.981)	(26.179)	(12.513)	(46.411)	-	-	(99.084)
Transferências	(139)	139	-	203.636	(203.986)	350	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>78.083</u>	<u>266.511</u>	<u>97.791</u>	<u>776.806</u>	<u>91.826</u>	<u>110.859</u>	<u>1.421.876</u>

(i) Adição líquida referente à aquisição da Anhanguera Educacional Participações S.A. Vide nota explicativa n.º 5.

Notas Explicativas

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos médios de 6,7% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de arrendamentos totalizava R\$42.726 (R\$3.018 em 31 de dezembro de 2013), a garantia são os próprios equipamentos.

18. INTANGÍVELControladora

Do saldo de R\$59.450 o valor de R\$52.259, refere-se ao ágio gerado na troca de ações ocorrida em setembro de 2010, entre os sócios da Companhia e os sócios da Iuni, que tornou a EDE subsidiária integral da Companhia, o saldo remanescente refere-se ao ágio registrado originalmente na Apollo Partners.

Consolidado

	Taxa média de amortização	31/12/2014			31/12/2013		
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Software	20	166.810	(64.420)	102.390	59.745	(28.334)	31.410
Projetos internos	10	227.999	(95.873)	132.126	92.549	(39.491)	53.058
Ágio e intangíveis alocados	20	11.909.894	(357.163)	11.552.731	2.625.009	(103.125)	2.521.885
Outros intangíveis	5	<u>172.282</u>	<u>(25.663)</u>	<u>146.619</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>12.476.985</u>	<u>(543.119)</u>	<u>11.933.866</u>	<u>2.777.303</u>	<u>(170.950)</u>	<u>2.606.353</u>

A movimentação do intangível é conforme segue:

	Software	Projetos internos (a)	Ágio e intangíveis alocados (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	27.166	61.277	2.572.340	2.660.783
Adição	12.561	4.300	1.762	18.623
Baixa	(47)	(36)	-	(83)
Outras baixas	-	-	(11.189)	(11.189)
Transferências	139	(139)	-	-
Amortização	<u>(8.409)</u>	<u>(12.344)</u>	<u>(41.028)</u>	<u>(61.781)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>31.410</u>	<u>53.058</u>	<u>2.521.885</u>	<u>2.606.353</u>

	Softwares	Projetos internos (a)	Ágios e intangíveis alocados (b)	Outros intangíveis (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	31.410	53.058	2.521.885	-	2.606.353
Adições	56.335	22.074	-	11.530	86.503
Adições proveniente de adquiridas (i)	28.784	75.761	9.146.346	138.914	9.389.805
Baixas	(1.539)	(8)	-	-	(1.547)
Amortizações	<u>(12.600)</u>	<u>(18.759)</u>	<u>(115.500)</u>	<u>(3.825)</u>	<u>(150.684)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>102.390</u>	<u>132.126</u>	<u>11.552.731</u>	<u>146.619</u>	<u>11.933.866</u>

(i) Adição líquida referente à aquisição da Anhanguera Educacional Participações S.A. e controladas ocorrida em 2 julho de 2014, vide nota explicativa nº5.

Notas Explicativas

a) Desenvolvimento de projetos internos

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Novas unidades e novos cursos (i)	28.218	33.525
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	2.843	3.758
Novos contratos - Rede (iii)	3.957	4.766
Ensino à distância (iv)	90.316	8.656
Avaliação de ensino superior (v)	1.102	1.279
Produção de conteúdo (vi)	<u>5.690</u>	<u>1.074</u>
	<u>132.126</u>	<u>53.058</u>

(i) Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada de dez anos, conforme segue:

- Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Contagem e Governador Valadares e expansão dos “campi” de Venda Nova e Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte.
- Investimentos em lançamento de novos produtos.
- Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
- Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos “campi” e cursos.

(ii) Refere-se a gastos incorridos com o desenvolvimento de metodologias acadêmica (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(iii) Referem-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação à distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via Internet em diversas localidades do País. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(vi) Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período de até dois anos.

Notas Explicativas**b) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados de combinação de negócios**

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

Parte do ágio gerado na aquisição das controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
“Goodwill” (i)	8.656.341	2.088.861
Marca (ii)	1.794.029	7.040
Licença de operação e rede parceira de polo (iii)	785.691	314.450
Carteira de clientes (iv)	315.783	110.221
Acordo de não concorrência (iv)	<u>887</u>	<u>1.313</u>
	<u>11.552.731</u>	<u>2.521.885</u>

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e sujeito a testes anuais de recuperação.

(ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 25 e 30 anos.

(iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede de polos parceira de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação.

(iv) Ativo intangível com vida útil estimada de cinco anos.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às UGC, identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Educação básica	59.450	59.450	66.339	66.339
Ensino superior	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.590.002</u>	<u>2.022.522</u>
	<u>59.450</u>	<u>59.450</u>	<u>8.656.341</u>	<u>2.088.861</u>

Em 31 de dezembro de 2014, os ágios foram submetidos a teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores.

Notas Explicativas

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), para avaliar a recuperação dos ágios que correspondem a cada uma das UGCs. O cálculo considera 8 anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 3,0% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 12,9% ao ano, seguindo referências de mercado de instituições financeiras de primeira linha. Foram considerados ainda para o cálculo, os impactos das normativas recentes do MEC descritas na nota explicativa nº1 e critérios de inflação projetada (6,5% para o ano de 2015 e 4,5% de 2016 até 2022) para a estimativa do crescimento de custos e despesas para os demais anos.

c) Outros ativos intangíveis

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Acordo de não concorrência e outros	137.959	-
Marcas e patentes	7.716	-
Cessão de direitos	862	-
Carteira de clientes	<u>82</u>	<u>-</u>
	<u>146.619</u>	<u>-</u>

19. FORNECEDORES

O saldo é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de ensino superior (presencial e EAD), por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos do sistema de ensino Pitágoras e dos colégios próprios e por consultorias voltadas para a área de educação.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

		<u>Consolidado</u>	
	<u>Moedas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Arrendamento mercantil financeiro (i)	R\$	42.740	3.071
Empréstimos de terceiros (ii)	R\$	4.815	-
Banco Safra BNDES PSI Finame	R\$	<u>579</u>	<u>-</u>
		<u>48.134</u>	<u>3.071</u>
Circulante		7.279	1.770
Não circulante		40.855	1.301

(i) Refere-se principalmente a contratos de aluguéis de imóveis de unidades operacionais com duração de 15 anos, composto pelas parcelas a pagar relativas ao imóvel Unibero e do imóvel de São Bernardo do Campo.

(ii) Os empréstimos e financiamentos a pagar da Companhia estão garantidos por equipamentos, terrenos e edificações e por recebíveis. Para informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez.

Notas Explicativas

Os saldos não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	400
2016	2.301	386
2017	2.426	386
2018	2.512	129
Mais que 2018	<u>33.616</u>	<u>-</u>
	<u>40.855</u>	<u>1.301</u>

b) A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	3.071	11.632
Adições	-	665
Adições provenientes de adquiridas (vide nota explicativa nº 5)	161.785	-
Juros provisionados	5.656	726
Variação cambial	2.292	-
Prêmios por antecipação	3.467	-
Pagamentos de juros	(16.058)	(1.640)
Pagamentos de prêmio	(3.467)	-
Pagamentos de principal	<u>(108.612)</u>	<u>(8.312)</u>
Saldo final	<u>48.134</u>	<u>3.071</u>

c) Pagamentos de empréstimos

Em outubro de 2014 a Companhia efetuou a quitação dos empréstimos mantidos pela controlada Anhanguera junto às instituições financeiras: International Finance Corporation, DEG – Deutsche Investitions, e Proparco – Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique.

d) Arrendamentos financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

Notas Explicativas**21. DEBÊNTURES**

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo circulante	193.976	111.408
Passivo não circulante	<u>700.008</u>	<u>434.741</u>
	<u>893.984</u>	<u>546.149</u>

Abertura do saldo de debêntures por emissão:

	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2014</u>
1ª emissão debêntures (i)	CDI + 2,00% a.a.	316.554
4ª emissão debêntures (ii)	CDI + 1,95% a.a.	406.870
5ª emissão debêntures 1ª série (iii)	CDI + 1,50% a.a.	85.303
5ª emissão debêntures 2ª série (iii)	CDI + 1,70% a.a.	<u>85.257</u>
Total		<u>893.984</u>

- (i) Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua primeira emissão de debêntures, realizada em série única. Nessa data, foram subscritas 550 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$550.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures possuem juros de 100% do CDI acrescidos de 2,0% ao ano. O prazo de vencimento é de sete anos contados da data de emissão. Após uma carência de 3 anos, os pagamentos ocorrerão anualmente nos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. Em junho e dezembro de cada ano, são exigidos os pagamentos dos juros calculados até às datas.
- (ii) Em 28 de setembro de 2011, a controladora Anhanguera Educacional realizou a 4ª emissão de debêntures da espécie quirografária com garantia fidejussória pela Companhia nas seguintes condições: (i) valor de R\$400.000, com emissão de 400 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000; (ii) não conversíveis em ações; (iii) o prazo de vencimento das debêntures é de 7 (sete) anos contados da data da emissão das Debêntures, vencendo-se portanto em 28 de setembro de 2018. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extragrupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), capitalizada de uma sobretaxa de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A amortização do Valor Nominal Unitário será realizada em 8 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da data de emissão, inclusive, sendo devida a primeira parcela no dia 28 de março de 2015.
- (iii) Em 10 de dezembro de 2012, a controladora Anhanguera Educacional realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries ("Emissão"), no montante total de R\$170.000. Foram emitidas 170 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1000, sendo 8,5 debêntures da 1ª série ("Debêntures Primeira Série") e 8,5 debêntures da 2ª série ("Debêntures Segunda Série"). As Debêntures Primeira Série possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data da emissão ,

Notas Explicativas

vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2017 e as Debêntures Segunda Série possuem prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2019. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), capitalizada de uma sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis para as Debêntures Primeira Série, e 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis para as Debêntures Segunda Série.

A movimentação dos saldos está a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	546.149	543.809
Juros provisionados	91.984	55.086
Prêmios por antecipação	1.200	-
Adição proveniente de adquiridas (vide nota explicativa nº 5)	583.272	-
Apropriação dos custos	1.829	1.315
Pagamento de juros (i)	(99.250)	(54.061)
Pagamento de prêmios (i)	(1.200)	-
Pagamento de principal (i)	(230.000)	-
Saldo final	<u>893.984</u>	<u>546.149</u>

- (i) Em abril de 2014, a Companhia efetuou pagamento no valor de R\$150.000 a título de antecipação de pagamento de principal. Adicionalmente foi efetuado o pagamento no valor de R\$2.000 de juros calculados até a data e R\$1.200 referente a taxas presentes no contrato.

A abertura do saldo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	108.685
2016	202.754	108.685
2017	234.341	108.685
2018	220.481	108.686
2019	<u>42.432</u>	-
	<u>700.008</u>	<u>434.741</u>

Os contratos requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos que compreendem 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício social e são exigidos a partir de 2012 até 2018, data do vencimento final. Os cálculos de "covenants" realizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 abrangem também as debêntures advindas da controlada Anhanguera Educacional S.A.

Notas Explicativas

Os índices financeiros da 1ª emissão são:

- (ii) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 4 até 2013, reduzindo até 3 no exercício de 2016.
- (iii) Resultado do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro ajustado. O valor não deve ser inferior a 1,2.

Em 31 de dezembro de 2014 os índices financeiros foram atendidos.

O índice financeiro da 4ª e 5ª emissão é:

- (i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 3.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice foi atendido.

22. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários a pagar e provisão para participação de funcionários	126.105	49.026
INSS a recolher	44.232	13.862
FGTS a recolher	10.315	4.687
IRRF a recolher	19.520	8.254
Provisão de férias	76.736	33.272
Encargos sobre provisões	25.694	11.172
Outros	<u>1.684</u>	<u>1.291</u>
Total	<u>304.286</u>	<u>121.564</u>

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do exercício nas rubricas “custo dos serviços prestados”, “despesas com vendas” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

23. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades	<u>101.212</u>	<u>56.596</u>

Os recebimentos antecipados referem-se a adiantamentos de matrículas, mensalidades do ano efetuados pelos alunos. O saldo é apropriado à receita conforme os serviços são prestados.

Notas Explicativas**24. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÕES**

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante:		
Ítala	34.371	31.027
Uniabc	22.369	-
Ceama	5.796	8.160
Unirondon	2.962	2.807
Iesville Educar	2.193	-
Intesc	1.575	-
Fabrai	1.374	-
UNIA Santo André	985	-
União	820	752
JK	726	-
Veritas	700	-
Noiva Mar	353	-
Outras	<u>578</u>	<u>425</u>
Total	<u>74.802</u>	<u>43.171</u>
Não circulante:		
Ítala	115.648	135.389
Sorocaba	29.356	-
LFG	9.800	-
Unipli	8.390	-
Unirondon	5.922	8.348
União	816	1.503
Outras	<u>788</u>	<u>491</u>
Sub-total	<u>170.720</u>	<u>145.731</u>
Total	<u>245.522</u>	<u>188.902</u>

Os valores são atualizados pela variação do CDI e IPCA, dependendo de cada contrato.

A movimentação dos saldos é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	226.346
Adições de terrenos	16.871
Atualização de juros	15.823
Pagamentos	(57.294)
Baixas	<u>(12.844)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	188.902
Adição proveniente de adquiridas – (vide nota explicativa nº 5)	50.503
Adição	29.356
Atualização de juros	18.122
Baixas	(754)
Pagamentos	<u>(40.607)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>245.522</u>

Notas Explicativas

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	34.806
2016	54.857	34.806
2017	39.620	34.809
2018	<u>76.243</u>	<u>42.310</u>
	<u>170.720</u>	<u>145.731</u>

25. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante:		
Parcelamentos municipais (a)	11.063	-
Parcelamentos do INSS (b)	3.172	1.528
Refis IV (c)	1.296	4.782
Parcelamentos trabalhistas (d)	437	380
Parcelamentos federais (e)	<u>155</u>	<u>473</u>
Total	<u>16.123</u>	<u>7.163</u>
Não circulante		
Parcelamentos municipais (a)	41.027	35.511
Parcelamentos do INSS (b)	2.723	3.405
Refis IV (c)	6.720	-
Parcelamentos trabalhistas (d)	344	696
Parcelamentos federais (e)	<u>13</u>	<u>250</u>
Total	<u>50.827</u>	<u>39.862</u>

(a) Parcelamentos municipais**Anhanguera**

Em 27 de julho de 2012 os antigos proprietários da Academia Paulista Anchieta – APA, aderiram ao programa de parcelamento de impostos (PPI), resultando no saldo a recolher de ISS parcelado de R\$40.203, restando, 91 parcelas de R\$442, reajustadas pela taxa Selic mensal.

Parcelamentos de IPTU no total de R\$7.236 com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

Notas Explicativas

O saldo registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ano de vencimento:		
2016	6.393	4.782
2017	6.393	4.782
2018	6.348	4.782
2019	6.325	4.224
2020	6.325	3.667
2021	6.075	3.667
Após 2022	<u>3.168</u>	<u>9.607</u>
<u>Total</u>	<u>41.027</u>	<u>35.511</u>

(b) Parcelamentos do INSS**(i) Unirondon**

Parcelamento ordinário de INSS não recolhido de novembro de 2008 a janeiro de 2009, parcelado em outubro de 2012 em 60 parcelas, restando 33 de R\$91, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(ii) Anhanguera

Parcelamento ordinário de INSS, R\$2.209 com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(iii) Iuni

PAEX, artigo 1º: refere-se a saldo remanescente do Refis do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 15 parcelas de R\$46, reajustadas mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mensal.

(c) Refis IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil - RFB instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado "Refis IV". A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

Em novembro de 2014, com a publicação da Lei nº 12.973 em 14 de maio de 2014 e da

Notas Explicativas

Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 7, de 15 de outubro de 2013, reabriu o prazo para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil os quais podem ser liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprios e de sociedades controladoras e controladas.

Abaixo demonstramos a movimentação:

<u>Controlada</u>	<u>Saldo</u>	<u>Lei nº 12.973/14</u>			<u>31/12/14</u>
		<u>Adição</u>	<u>Pagamento 30%</u>	<u>Compensação com prejuízo fiscal</u>	
Unime	19.426	-	(5.828)	(13.598)	-
Anhanguera	12.074	4.737	(2.993)	(5.802)	8.016
IUNI	8.457	582	(2.732)	(6.307)	-
Fama Macapá	<u>1.966</u>	-	<u>(590)</u>	<u>(1.376)</u>	-
Total	<u>41.923</u>	<u>5.319</u>	<u>(12.143)</u>	<u>(27.083)</u>	<u>8.016</u>

(d) Parcelamentos trabalhistas

Referem-se a auto de infração trabalhista lavrado contra a controlada Iuni, que foi parcelado em 60 parcelas, restando, 22 parcelas a liquidar de R\$34, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(e) Parcelamentos federais

Referem-se à dívida ativa federal, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, da controlada Uniasselvi com o saldo de R\$168, com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

A seguir a movimentação dos impostos e contribuições parcelados:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial:	47.025	50.207
Adição	4.651	7.557
Adição de aquisição (vide nota explicativa nº 5)	64.302	-
Atualização de juros	5.927	2.757
Pagamentos	(21.048)	(13.496)
Lei nº 12.973/14:		
Adição	5.319	-
Pagamento 30%	(12.143)	-
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	<u>(27.083)</u>	-
Saldo final	<u>66.950</u>	<u>47.025</u>

Notas Explicativas**26. DEMAIS CONTAS A PAGAR**

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante:		
Repasse da carteira de alunos - aquisição da Ítala	-	169
Repasse da carteira de alunos - aquisição da Iuni	690	627
Parcela caução - aquisição da Uniminas (i)	2.278	2.707
Outros	<u>2.330</u>	<u>1.872</u>
Total	<u>5.298</u>	<u>5.375</u>
Não circulante:		
Venda da controladora Suesc (ii)	2.883	2.531
Outros	<u>1.248</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.131</u>	<u>2.531</u>

- (i) Refere-se a obrigações relacionadas à aquisição da Uniminas previstas no contrato de compra e venda. O saldo é composto de créditos estudantis recebidos dos alunos e retidos a título de caução.
- (ii) O valor a receber pela venda da controlada Suesc, ocorrida em abril de 2011, está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia tem o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço corrigido definido em contrato e o valor da causa. O valor a receber está registrado na rubrica “demais contas a receber” do ativo não circulante. Os saldos tanto no ativo quanto o aqui apresentado nessa nota são corrigidos mensalmente por 1%.

Notas Explicativas**27. PROVISAO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS, E DEPÓSITOS JUDICIAIS.**

A Companhia é parte envolvida em ações ou processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

Controladora

Devido ao volume de processos classificados com perda possível, a Companhia tem em 31 de dezembro de 2014, o valor provisionado de R\$3.525 a título de honorários advocatícios e percentuais por êxito nas referidas ações.

	31/12/2014			31/12/2013		
	<u>Desembolso</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Saldo</u>	<u>Desembolso</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Saldo</u>
	<u>estimado</u>	<u>judiciais</u>	<u>líquido</u>	<u>estimado</u>	<u>judiciais</u>	<u>líquido</u>
Tributárias (i)	85.863	(10)	85.853	6.928	(7)	6.921
Trabalhistas (ii)	77.225	-	77.225	65	-	65
Cíveis (iii)	<u>84.378</u>	<u>-</u>	<u>84.378</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>247.466</u>	<u>(10)</u>	<u>247.456</u>	<u>6.993</u>	<u>(7)</u>	<u>6.986</u>

Os saldos das garantias estão representados a seguir.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Tributárias	55.234	-
Trabalhistas	6.850	-
Cíveis	<u>18.062</u>	<u>-</u>
	<u>80.146</u>	<u>-</u>

Consolidado

	31/12/2014			31/12/2013		
	<u>Desembolso</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Saldo</u>	<u>Desembolso</u>	<u>Depósitos</u>	<u>Saldo</u>
	<u>estimado</u>	<u>judiciais</u>	<u>líquido</u>	<u>estimado</u>	<u>judiciais</u>	<u>líquido</u>
Tributárias (i)	256.847	(12.861)	243.986	140.737	(5.987)	134.750
Trabalhistas (ii)	461.862	(29.375)	432.487	51.957	(4.613)	47.344
Cíveis (iii)	<u>196.665</u>	<u>(985)</u>	<u>195.680</u>	<u>5.549</u>	<u>(169)</u>	<u>5.380</u>
	<u>915.374</u>	<u>(43.221)</u>	<u>872.153</u>	<u>198.243</u>	<u>(10.769)</u>	<u>187.474</u>

Notas Explicativas

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava no polo passivo de aproximadamente 340 ações de natureza tributária, sendo elas em discussão judicial ou em discussão administrativa, tendo, nesta última hipótese, a Companhia apresentado defesa administrativa junto ao órgão fiscalizador e que se encontra pendente de julgamento definitivo nesta instância. Do saldo apresentado no quadro acima, as controladas adquiridas participam na seguinte proporção: Unopar R\$24.911, Unirondon R\$19.224, Ceama R\$2.598, Anhanguera R\$197.957, e as demais controladas juntas, somam R\$12.157.

As provisões tributárias são principalmente decorrentes de discussões administrativas e judiciais referentes, INSS sobre folha de pagamento e isenção de tributos federais conforme regras do ProUni e ISSQN. Parte dos valores provisionados possui garantia dos vendedores, previstas nos contratos de compra e venda.

A Uniban, adquirida da Anhanguera, tem uma autuação fiscal com perda provável no montante de R\$47.647, referente à falta de recolhimento de ISSQN pela Academia Paulista Anchieta Ltda. (Uniban) no período de 2007 à 2011. Este débito fiscal encontra-se garantido pelo contrato de compra e venda da Uniban e em caso de perda a Companhia será ressarcida pelo ex-mantenedor.

A controlada da Anhanguera em Niterói (Unipli) possui 10 ações fiscais que totalizam R\$42.338 provenientes de verbas previdenciárias, bem como título uma ação de cassação do certificado filantropia em que a mesma fazia jus. Os processos estão garantidos pelo ex-mantenedor.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava no polo passivo de aproximadamente 3.110 ações de natureza judicial trabalhista, incluindo litígios decorrentes de suas aquisições. As ações em sua maioria referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de funcionários administrativos e professores desligados da Companhia, substancialmente requerendo horas extras, reduções de carga horária, intervalo entre jornadas de trabalho, diferenças salariais e reflexos de FGTS, 13º salário, férias e um terço constitucional, enquadramento e equiparações salariais. Das 3.110 ações trabalhistas, 2.115 ações são de responsabilidade da Companhia e 493 ações são de responsabilidade dos vendedores das Instituições de Educação Superior adquiridas pela Companhia. A Companhia possui contingência trabalhista própria de perda provável total de R\$354.926 e possui uma contingência trabalhista de responsabilidade dos vendedores de Instituições de Educação Superior de R\$56.291, para os quais a Companhia mantém garantias contratuais. A Companhia possui ainda 502 ações trabalhista de responsabilidade compartilhada com os vendedores de Instituições de Educação Superior, totalizando uma perda provável de R\$26.412. A Companhia possui garantias contratuais a seu favor, sendo Ítala R\$17.774, Iuni R\$469, Unopar R\$821, Anhanguera R\$46.145, e as demais controladas juntas, somam o montante de R\$3.168.

A controlada EDE possui ação trabalhista de responsabilidade dos ex-proprietários, garantida contratualmente referente à cobrança de diferenças salariais, no valor de R\$2.200. A classificação de perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava como polo passivo em 14.119 ações judiciais de natureza cível e, de uma maneira geral, os processos cíveis dos quais figuram como réus versam sobre ações ajuizadas por alunos e ex-alunos perante os Juizados Especiais Cíveis e a Justiça Comum, em sua grande maioria com pedidos de indenização por danos materiais/morais tendo como fundamento a relação de consumos entre as

Notas Explicativas

Unidades da Companhia e o aluno. A Companhia entende que as ações cíveis nas quais figura na condição de ré não são relevantes a ponto de poder impactar adversamente e de maneira significativa os seus resultados. Das 14.119 ações cíveis, 12.708 ações são de responsabilidade da Companhia e 1.397 ações são de responsabilidade dos vendedores das Instituições de Educação Superior adquiridas pela Companhia e 14 ações cíveis de responsabilidade compartilhada com os vendedores de Instituições de Educação Superior. A Companhia possui contingênciaável própria de perda provável total de R\$164.672 e possui contingênciaável de responsabilidade dos vendedores de Instituições de Educação Superior de R\$30.540, para os quais a Companhia mantém garantias contratuais. A Companhia possui garantia contratual a seu favor, sendo, Anhanguera R\$28.958, e o restante do saldo das demais controladas.

A controlada Anhanguera através de sua Unidade em Joinville apresenta uma ação de reintegração de posse de área utilizada de estacionamento na Unidade no valor de R\$1.134. A perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

A controlada Anhanguera, através de sua Unidade em Sorocaba, possui uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra o diretor da Unidade acusado de suposto assédio moral no valor de R\$1.560. A perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos, e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa Selic.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	186.362	54.654	3.558	244.574
Adições e baixas	(3.210)	6.877	3.308	6.975
Baixas contra garantias	(42.415)	(5.074)	(1.005)	(48.494)
Pagamentos	<u>-</u>	<u>(4.500)</u>	<u>(312)</u>	<u>(4.812)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	140.737	51.957	5.549	198.243
Saldos de depósitos judiciais	<u>(5.987)</u>	<u>(4.613)</u>	<u>(169)</u>	<u>(10.769)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2013	<u>134.750</u>	<u>47.344</u>	<u>5.380</u>	<u>187.474</u>
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	140.737	51.957	5.549	198.243
Adições e baixas (i)	(16.618)	7.880	8.237	(501)
Baixas contra garantias	(62.390)	(7.673)	623	(69.440)
Adições por combinações de negócios – Vide nota explicativa nº5.	199.806	417.063	194.758	811.627
Pagamentos (ii)	<u>(4.688)</u>	<u>(7.365)</u>	<u>(12.502)</u>	<u>(24.555)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>256.847</u>	<u>461.862</u>	<u>196.665</u>	<u>915.374</u>
Saldos de depósitos judiciais	<u>(12.861)</u>	<u>(29.375)</u>	<u>(985)</u>	<u>43.221</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2014	<u>243.986</u>	<u>432.487</u>	<u>195.680</u>	<u>872.153</u>

Notas Explicativas

- (i) Os autos de infração da controlada CEAMA referentes à Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, totalizando R\$10.499, foram julgados favoravelmente a Companhia na esfera administrativa.
- (ii) Os pagamentos de tributários se refere a desembolsos de honorários advocatícios para escritórios que obtiveram êxitos no processo junto ao CARF.

Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

No contrato de compra e venda das controladas, Ceama, Ítala, Iuni, Unirondon, Unopar e ex-mantenedores da Anhanguera, há garantias atreladas aos processos judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores poderão ser levantados juntos aos vendedores.

O demonstrativo das garantias citadas é como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ítala	Tributárias, trabalhistas e cíveis	18.484	76.707
Unirondon	Tributárias, trabalhistas e cíveis	19.250	20.530
Unopar	Tributárias, trabalhistas e cíveis	1.687	9.431
Iuni	Tributárias e trabalhistas	658	1.315
Ceama	Trabalhistas e cíveis	697	2.562
Ex – Vendedores Anhanguera (ii)	Tributárias, trabalhistas e cíveis	126.194	-
Outras	Trabalhistas e cíveis	<u>2.764</u>	<u>60</u>
		<u>169.734</u>	<u>110.605</u>

- (i) A Anhanguera adquiriu Instituições de Educação Superior, com as quais firmou contrato de compra e venda com previsão de garantias para o caso de surgimento de contingências cujo fato gerador é anterior à data da referida aquisição, garantindo que a Anhanguera não tenha perda financeira com referidas contingências.

Perdas possíveis

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	344.297	16.790	52.625	413.712
Adições	13.641	22.966	66.694	103.301
Baixas	(260.299)	(18.005)	(17.180)	(295.484)
Adição proveniente de adquirida				
Anhanguera	<u>82.338</u>	<u>77.225</u>	<u>84.378</u>	<u>243.941</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>179.977</u>	<u>98.976</u>	<u>186.517</u>	<u>465.470</u>

A Companhia é ré em ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, portanto, sem constituição de provisão, a composição é conforme segue:

Notas Explicativas

Do total de processos administrativos e/ou judiciais tributários, 9 processos classificados como perda possível estão vinculados ao período em que a controlada Iuni gozou da condição de entidade filantrópica. Tais processos foram originados de autuações fiscais lavradas pela RFB, em razão do não recolhimento de contribuições previdenciárias (cota patronal, seguro contra acidente de trabalho “SAT”/risco de acidente de trabalho “RAT” e terceiros) para o INSS, bem como de outros tributos (COFINS e PIS), o montante de R\$94.059 foi avaliado pelos consultores jurídicos da Companhia como perda possível e o saldo está garantido conforme descrito no item “Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis” apresentado acima.

A controlada Uniasselvi entrou no programa REFIS de 2014 e quitou seus passivos tributários resultantes de fiscalização da RFB. A Companhia não teve nenhum desembolso financeiro, pois os ex-mantenedores assumiram a quitação com recursos próprios.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$4.239.757 e é composto por 1.623.795.559 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado era de R\$1.867.228 e era composto por 268.703.876 ações ordinárias, conforme segue:

	Quantidade de ações
Em 31 de dezembro de 2013	<u>268.703.876</u>
Total de ações ex-tesouraria	268.380.932
Total de ações em tesouraria	322.944
Em 31 de dezembro de 2014	<u>1.623.795.559</u>
Total de ações ex-tesouraria	1.621.375.407
Total de ações em tesouraria	2.420.152

A movimentação é a seguinte:

	Quantidade	Em R\$
Em 31 de dezembro de 2013	268.703.876	1.867.228
Emissão de ações (i)	135.362.103	2.327.299
Desdobramento de ações (ii)	1.212.197.937	-
Emissão de ações (iii)	<u>7.531.643</u>	<u>45.230</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>1.623.795.559</u>	<u>4.239.757</u>

- (i) Em 3 de julho de 2014, em decorrência da aprovação do acordo de fusão com a Anhanguera, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade das 135.362.103 ações de emissão da Anhanguera Educacional Participações S.A. com base em seu valor contábil no montante de R\$2.327.299, referente ao balanço auditado de 31 de dezembro de 2013, passando a Anhanguera a ser uma subsidiária integral da Companhia nesta data.

Notas Explicativas

- (ii) Em 11 de setembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia à razão de 1:4, de forma que para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida será criada e atribuída ao seu titular 3 (três) novas ações de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens das ações atualmente emitidas, de modo que cada ação da Companhia passará a ser representada por 4 (quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, alterando-se portanto, o caput dos Artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia .
- (iii) Em 30 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 5.112.645 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$30.958.

Em 31 de outubro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.193.187 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$7.026.

Em 03 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.225.811 novas ações ordinárias totalizando um aumento de R\$7.246.

b) Capital autorizado

Em 11 de setembro de 2014, em Assembleia Geral, o limite de capital autorizado da Companhia passou a ser de 2.000.000.000 de ações ordinárias.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis, aprovar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a emissão de ações em decorrência de outorgas de opções de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição dessas ações, e aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

c) Reservas de capital

Reserva de capital

Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R\$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reservas de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva em R\$21.247. A reserva está apresentada no valor de R\$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R\$6.662.

Notas Explicativas

Plano de opção de ações

A provisão do valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano de outorga aprovado em 23 de outubro de 2009 é reconhecida como despesa. A contrapartida é registrada contra o patrimônio líquido da Companhia.

Desde a aprovação do plano foram concedidas 10.482.000 ações e canceladas 1.110.000 e exercidas 4.793.806 opções de ações pelos beneficiários.

Em 3 de julho de 2014, em decorrência do acordo de associação com a Anhanguera Educacional, a Companhia constituiu o valor de R\$72.913 referente ao plano de opções provenientes da adquirida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram exercidas 11.275.831 opções em contrapartida à alienação de 10.823.815 ações em tesouraria. Foram reconhecidos R\$53.505 de prêmio de valor justo de opções (R\$12.205 em 31 de dezembro de 2013) e o valor de R\$32.617 de opções exercidas com utilização de ações em tesouraria (R\$19.112 em 31 de dezembro de 2013).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, foram concedidas ações em tesouraria para liquidação do plano de opções de R\$86.999 (R\$19.112 em 31 de dezembro de 2013).

Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios

O saldo constituído de R\$6.152.187 é o resultado da aquisição da controlada Unopar e da controlada Anhanguera.

i) Anhanguera

Em 03 de julho de 2014, em decorrência da incorporação de ações da Anhanguera, foram emitidas 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

Na mesma data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R\$2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital “Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios.

Em 15 de dezembro de 2011, 20% do pagamento da aquisição, conforme o contrato de compra e venda, deveria ser realizado por meio de ações de emissão da Companhia. O valor de 20% do preço de aquisição foi de R\$260.000, constituído de 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais.

Em 28 de setembro de 2012, ocorreu a emissão das 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais no valor de R\$16.127, correspondente ao valor patrimonial contábil das “holdings” detentoras dos 20% do capital social da Unopar.

Notas Explicativas**d) Ações em tesouraria**

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes.

	<u>Quantidade de ações</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	322.944
Alienação de ações (i)	(7.510.408)
Aquisição de ações (ii)	718.500
Desdobramento de ações (iii)	1.357.473
Emissão de ações (iv)	<u>7.531.643</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>2.420.152</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram alienadas 2.397.763 ações ao custo de R\$86.999.
- (ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de julho de 2014, foi aprovada a instituição do programa de recompra de ações da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas 718.500 ações ao custo de R\$41.039.
- (iii) Em 11 de setembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia à razão de 1:4, de forma que para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida será criada e atribuída ao seu titular 3 (três) novas ações de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens das ações atualmente emitidas, de modo que cada ação da Companhia passará a ser representada por 4 (quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, alterando-se portanto, o caput dos Artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia
- (iv) Em 30 de setembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 5.112.645 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$30.958.

Em 31 de outubro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.193.187 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$7.026

Em 03 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.225.811 novas ações ordinárias totalizando um aumento de R\$7.246.

Os respectivos aumentos de capital social foram efetuados para suportar a distribuição de ações para os beneficiários do plano de remuneração de opções de ações.

- (v) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de julho de 2014, foi aprovada a instituição do programa de recompra de ações da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram adquiridas 625.200 ações ao custo de R\$18.408.

Notas Explicativas

e) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

Dividendos

Lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2014	1.000.600
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(50.030)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>950.570</u>
Dividendos mínimos - 25%	<u>(237.643)</u>
Dividendos intermediários pagos - maio (i)	65.255
Dividendos acordo de associação (ii)	483.000

(i) Dividendos intermediários

Maio de 2014

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de maio de 2014, foi aprovado o pagamento de R\$65.255 a título de dividendos intermediários do trimestre findo em 31 de março de 2014, correspondendo a 25% do lucro ajustado (após deduzida a reserva legal) do trimestre.

(ii) Acordo com Anhanguera

Como parte do acordo de associação com a Anhanguera, aprovado em 03 de julho de 2014, foi determinada a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$483.000 a débito da reserva para investimentos.

Os dividendos declarados foram distribuídos aos acionistas da Companhia na proporção de suas respectivas participações no capital social, observando-se o valor de R\$1,798710 por ação ordinária de emissão da Companhia, já deduzidas deste cálculo as ações que se encontram em tesouraria.

Reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, após a compensação do prejuízo acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$885.315 (R\$368.056 em 31 de dezembro de 2013), foi transferido para a rubrica "Reserva para investimentos", conforme o artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica, seja por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela Administração para o exercício de 2015.

Notas Explicativas

29. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

a) Planos mantidos Kroton Educacional S.A.

Conforme o plano de opção de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, tem como objetivo reter e incentivar seus executivos, buscando o alinhamento dos interesses destes com os interesses dos acionistas e da Companhia. São elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores.

Inicialmente a outorga de opções deveria respeitar o limite máximo de 10 milhões de ações ordinárias (à época da aprovação do plano, 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de “units”), equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação.

Em 26 de novembro de 2013, uma vez que o plano de opção de compra de ações descrito atingiu o limite máximo de opções que poderiam ser outorgadas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o novo plano de opção de compra de ações em substituição ao plano anterior.

Nesse novo plano, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 2,0% do capital social da Companhia, equivalente, na data da aprovação, a 5.374.078 ações ordinárias, antes de qualquer desdobramento.

O Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“constructive obligation”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato.

Os preços definidos nos contratos de outorga, até 31 de dezembro de 2014, variam de R\$4,53 a R\$22,78.

A definição dessa troca de opções por ações ordinárias é dada pelo produto da diferença entre o preço de exercício e o preço médio da ação e a quantidade de opções dividida pelo preço médio da ação no mercado na data de exercício:

$$\text{Quantidade de ações} = \frac{(\text{preço médio} - \text{preço exercício}) \times \text{quantidade de opções}}{\text{preço médio}}$$

Por meio dessa forma de recebimento das ações, o beneficiário do plano não realiza o pagamento das opções e em contraparte troca suas opções por uma quantidade menor de ações.

Notas Explicativas

b) Aditivos dos executivos da Anhanguera Educacional S.A.

Conforme a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de julho de 2014 foi aprovado um novo plano de opção de compra de ações da Kroton (Novo Plano Kroton) para receber as opções outorgadas e não exercidas (tendo ou não decorrido o prazo de carência para exercício, desde que ainda possam ser exercidas de acordo com as condições dos Planos Anhanguera).

As opções recebidas pela Kroton, no âmbito do Novo Plano Kroton, serão substituídas por opções de compra de ações de emissão da Kroton em número resultante da aplicação da mesma relação de troca proposta para a Incorporação de ações, ou seja, 0,30970293 ação ordinária de emissão da Kroton (Relação de troca), e corresponderão à emissão de até 6.520.299 ações ordinárias da Kroton no futuro (antes de desdobramentos), se quando exercidas. A Anhanguera Educacional S.A. mantinha dois planos de outorgas, um distribuído em 2010 e outro em 2013.

O número total de ações que poderão ser adquiridas conforme novo plano, portanto, não excederá 1,62% das ações do capital social total da Kroton após a incorporação de ações durante todo o prazo de vigência do Novo Plano Kroton, considerando-se neste cálculo todas as ações de emissão da Kroton emitidas em decorrência da Incorporação de ações.

O cálculo do valor justo foi realizado pelo modelo Black&Scholes utilizando as mesmas premissas dos cálculos realizados pela Kroton sobre uma outorga de 6.520.299 opções, dentro do limite estabelecido para o Novo Plano Kroton e a vigência destes contratos variam de vencimentos de 2015 a 2019.

Segue abaixo o resumo dos Planos Anhanguera (outorgas em 2010 e 2013) após cálculo e conversão para o Novo Plano Kroton antes do último desdobramento ocorrido em maio de 2014:

<u>Novo Plano Kroton</u>	<u>Dados</u>
Quantidade de opções	6.520.299
Preço médio de exercício	31,22
Valor justo médio ponderado	36,05
Volatilidade do preço da ação	31,11%

Notas ExplicativasMovimentação dos Planos de opções de ações

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções
Saldo inicial		35.832.000		21.688.000
Advindas de combinação de negócios		26.081.196		-
Concedidas	2,55	1.600.000	5,24	20.360.000
Exercidas	5,26	(11.275.831)	6,05	(6.216.000)
Saldo final		<u>52.237.365</u>		<u>35.832.000</u>

Os planos estão dentro dos limites aprovados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As opções de compra de ações outorgadas, considerando o desdobramento para os períodos anteriores, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

<u>Data de vencimento no exercício</u>	Opções			
	Preço médio de exercício por opção em R\$	Quantidade de opções	Valor justo médio da opção em R\$	R\$
2013	2,36	477.996	0,74	354.595
2014	5,51	2.591.367	3,26	16.257.653
2015	5,18	13.796.600	2,54	22.539.217
2016	6,33	14.877.335	2,82	19.883.658
2017	7,53	9.215.800	3,21	17.441.682
2018	11,04	10.835.800	4,43	31.282.860
2019	<u>10,01</u>	<u>442.467</u>	<u>3,39</u>	<u>720.941</u>
	<u>7,03</u>	<u>52.237.365</u>	<u>3,18</u>	<u>108.480.606</u>

Notas Explicativas

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 referentes à combinação de negócios, determinado com base no modelo de avaliação Black&Scholes, foi de R\$9,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado de exercício de R\$7,71 por opção (definidos na data de outorga), o preço da ação na data de outorga de R\$15,34 (após desdobramento) por ação, a volatilidade média utilizada de 27,76%, a vida média esperada da opção correspondente a 1.795 dias, a taxa de juros média anual sem risco de 8,86% e o “dividend yield” de 2,89%.

A volatilidade foi mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos com base na análise estatística dos preços diários das ações.

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reservas de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido.

O contrato de opções com vencimento mais longo tem como última data de “vesting” 2 de junho de 2019 e poderá ser exercido em até 12 meses após essa data.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza 3 segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior à Distância - EAD e Educação Básica.

Consolidado

	Exercício findo em 31/12/2014				
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	2.589.803	994.063	190.609	-	3.774.475
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.283.732)	(270.498)	(88.900)	-	(1.643.130)
Lucro bruto	1.306.071	723.565	101.709	-	2.131.345
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(193.714)	(149.856)	(35.835)	-	(379.405)
Despesas gerais e administrativas	(282.208)	(62.466)	(19.482)	(344.953)	(709.109)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	(2.014)	(2.014)
Lucro operacional e antes do resultado financeiro	<u>830.149</u>	<u>511.243</u>	<u>46.392</u>	<u>(346.967)</u>	<u>1.040.817</u>
Ativos	11.525.375	3.498.849	104.303	357.653	15.486.180
Passivos circulante e não circulante	<u>2.922.824</u>	<u>718.839</u>	<u>79.242</u>	<u>318.867</u>	<u>4.039.772</u>

Notas Explicativas

	Exercício findo em 31/12/2013				Total
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação básica	Parcela não alocada	
Receita líquida	1.234.938	618.842	162.162	-	2.015.942
Custo das vendas e dos serviços prestados	<u>(695.571)</u>	<u>(152.550)</u>	<u>(74.267)</u>	<u>-</u>	<u>(922.388)</u>
Lucro bruto	539.367	466.292	87.895	-	1.093.554
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(108.145)	(65.443)	(26.922)	-	(200.510)
Despesas gerais e administrativas	(131.482)	(27.129)	(18.939)	(155.130)	(332.680)
Outras despesas, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.614)</u>	<u>(1.614)</u>
Lucro operacional e antes do resultado financeiro	<u>299.740</u>	<u>373.720</u>	<u>42.034</u>	<u>(156.744)</u>	<u>558.750</u>
Ativos	2.288.008	1.361.020	95.552	334.582	4.079.162
Passivos circulante e não circulante	<u>235.754</u>	<u>50.638</u>	<u>67.235</u>	<u>1.106.846</u>	<u>1.460.473</u>

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

Parcela não alocada refere-se a ativos, passivos e despesas relacionados a áreas administrativas e de apoio operacional, não relacionadas diretamente aos segmentos geradores de receita.

31. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Ensino superior presencial</u>		
Receita bruta	3.246.241	1.522.781
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(77.829)	(34.793)
ProUni	(363.003)	(123.830)
Descontos	<u>(215.606)</u>	<u>(129.220)</u>
Receita líquida	<u>2.589.803</u>	<u>1.234.938</u>
<u>Ensino superior EAD</u>		
Receita bruta	1.247.442	748.891
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(23.450)	(12.541)
ProUni	(167.742)	(73.074)
Descontos	<u>(62.187)</u>	<u>(44.434)</u>
Receita líquida	<u>994.063</u>	<u>618.842</u>
<u>Educação básica</u>		
Receita bruta	206.495	171.294
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(5.297)	(4.708)
Devoluções	<u>(10.589)</u>	<u>(4.424)</u>

Notas Explicativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida	<u>190.609</u>	<u>162.162</u>

Notas Explicativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Total</u>		
Receita Bruta	4.700.178	2.442.966
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(106.576)	(52.042)
Prouni	(530.745)	(196.904)
Descontos	(277.793)	(173.654)
Devoluções	<u>(10.589)</u>	<u>(4.424)</u>
Receita líquida	<u>3.774.475</u>	<u>2.015.942</u>

32. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários e encargos sociais	(89.987)	(12.205)	(1.420.701)	(773.041)
Depreciação e amortização	(74.758)	-	(249.768)	(108.212)
Aluguel e condomínio	-	-	(223.726)	(104.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(147.542)	(92.343)
Utilidades, limpeza e segurança	(3)	(98)	(151.884)	(74.366)
Publicidade e propaganda	(406)	(274)	(171.472)	(80.105)
Serviços de terceiros	-	-	(24.165)	(13.300)
Consultorias e assessorias	(11.670)	(4)	(127.708)	(50.208)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(39.198)	(24.859)
Jurídico e Contingências	12.992	(615)	(20.415)	(20.991)
Viagens	-	-	(34.253)	(24.729)
Direitos autorais	-	-	(8.048)	(6.190)
Taxas e contribuições	(139)	(218)	(1.053)	(7.052)
Outros custos e despesas	-	(21)	<u>(113.725)</u>	<u>(77.164)</u>
	<u>(163.971)</u>	<u>(13.435)</u>	<u>(2.733.658)</u>	<u>(1.457.192)</u>
Custo das vendas e serviços	-	-	(1.643.130)	(922.388)
Despesas com vendas	-	-	(379.405)	(200.510)
Despesas gerais e administrativas	(163.971)	(13.435)	(709.109)	(332.680)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	<u>(2.014)</u>	<u>(1.614)</u>
	<u>(163.971)</u>	<u>(13.435)</u>	<u>(2.733.658)</u>	<u>(1.457.192)</u>

Notas Explicativas**33. RESULTADO FINANCEIRO**

<u>Controladora</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	1.373	108
Juros sobre saldo impostos a compensar	220	93
Outras	<u>1</u>	<u>8</u>
	1.594	209
Despesas financeiras		
Juros e mora comercial	-	(6)
Tarifas bancárias e de cobrança	<u>(9)</u>	<u>(5)</u>
	(9)	(11)
Resultado financeiro	<u>1.585</u>	<u>198</u>

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre mensalidades	66.090	36.618
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	53.306	27.916
Descontos obtidos	-	438
Variação cambial ativa	1.808	-
Outras	<u>2.953</u>	<u>3.201</u>
	124.157	68.173
Despesas financeiras		
Juros e custos das debêntures	(94.334)	(56.401)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	(18.122)	(15.823)
Tarifas bancárias e de cobrança	(10.679)	(7.770)
Juros e mora comercial	(3.734)	(2.472)
Juros e mora fiscal	(4.113)	(7.101)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.479)	(726)
Variação cambial passiva	(4.046)	-
Outras	<u>(5.626)</u>	<u>(3.090)</u>
	(149.133)	(93.383)
Resultado financeiro	<u>(24.976)</u>	<u>(25.210)</u>

Notas Explicativas**34. LUCRO POR AÇÃO****a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.000.600	516.571
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>1.343.523</u>	<u>1.072.959</u>
Lucro básico por ação ordinária	<u>0,74</u>	<u>0,48</u>

b) Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2014, existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de exercício é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.000.600	516.571
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>1.343.523</u>	<u>1.072.959</u>
Potencial incremento de ações ordinárias (em milhares)	<u>991</u>	<u>425</u>
Lucro diluído por ação ordinária	<u>0,74</u>	<u>0,48</u>

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**Demais transações com partes relacionadas**

- (i) A controlada Pses utiliza imóveis alugados da controlada Spes. Os contratos estão vigentes até junho de 2016, com valor fixo mensal de R\$161. O índice de reajuste utilizado é o INPC.
- (ii) As controladas Unic Educacional, Unime LF e Iuni utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda. (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia):

<u>Controlada</u>	<u>Término do contrato</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Índice de reajuste</u>
Unic Educacional	Março/2020	185	IPCA
Unime LF	Março/2020	519	IPCA
Iuni	Março/2020	914	IPCA

Notas Explicativas

- (iii) A controlada Ede utiliza imóveis alugados da Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. (sociedade controlada por membros do Conselho de Administração da Companhia). Os contratos estão vigentes até janeiro de 2032, com valor fixo mensal de R\$992. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (iv) A controlada Iuni possui contrato de cessão de uso com o Hospital Geral Universitário (“HGU”) (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia) de Cuiabá - MT, destinado à operação universitária, com valor fixo mensal de R\$228 e com valor variável por aluno de R\$3, referente à Bolsa Residente.
- (v) A Anhanguera Educacional Ltda. utiliza imóveis alugados da HK Campinas Participações Ltda. (a empresa tem como sócia a empresa AFZ Participações Ltda., sociedade controlada por um familiar de um dos membros do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem vigência até dezembro de 2024, com valor fixo mensal de R\$267. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (vi) A controlada Anhanguera Educacional Ltda. utiliza imóveis alugados da controladora Anhanguera Educacional Participações S/A. O contrato tem vigência até dezembro de 2020, com valor fixo mensal de R\$89. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.

Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica “custo dos serviços prestados”.

- (vii) A EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras. O valor das vendas incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$18.421 (R\$14.470 no exercício findo em 31 de dezembro 2013). O saldo da rubrica “contas a receber” em 31 de dezembro 2014 é de R\$3.304 (R\$1.942 em 31 de dezembro de 2013).
- (viii) A Fundação Manoel de Barros, (permissionária da rádio FM educativa, denominada Rádio Uniderp, desde 16 de fevereiro de 2005), cujo conselho mantém membros do conselho e da diretoria da Companhia, celebrou um convênio com a Anhanguera Educacional Ltda., subsidiária da Companhia, para a doação de recursos financeiros. O contrato terá seu término em 1º de janeiro de 2016. Não existe qualquer índice de reajuste pactuado. A Anhanguera Educacional Participações S/A. desembolsou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a quantia de R\$240 por este convênio.

Notas ExplicativasRemuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$24.000.

Em 28 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária da controlada Anhanguera definiu a remuneração global anual de seus administradores para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$14.316.

A remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários	7.340	5.969
Benefícios	163	133
Encargos	1.466	1.194
Remuneração variável (i)	15.076	12.348
Plano de opção de compra de ações (ii)	<u>31.501</u>	<u>8.781</u>
	<u>55.546</u>	<u>28.425</u>

- (i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.
- (ii) Referente à provisão do plano de opções de compra de ações, que não é considerado dentro do limite de remuneração global anual dos administradores aprovado na Assembleia Geral Extraordinária.

36. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>Importâncias seguradas</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Incêndio de bens do imobilizado	257.764	87.405
Responsabilidade Civil dos Diretores	196.000	60.000
Veículos	<u>22.533</u>	<u>6.253</u>
	<u>476.297</u>	<u>153.658</u>

Notas Explicativas

37. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 8.

b) Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa.

- (i) Das opções exercidas em 2014, R\$1.868 refere-se a opções exercidas através de desembolso por parte do beneficiário.
- (ii) Do imóvel adquirido em junho de 2013 na cidade de Ipatinga – MG, no valor de 8.140, há um saldo de R\$128 em aberto na rubrica “contas a pagar – aquisições”.
- (iii) Efeitos da aquisição da Anhanguera Educacional, apresentados na nota explicativa nº 5.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de debêntures

Em 9 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 2ª (segunda) emissão de Debêntures pela Emissora, no valor total de R\$ 570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais), cujos termos e a realização serão destinados ao aporte de recursos na controlada Anhanguera Educacional S.A. Os recursos aportados serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª (quarta) e 5ª (quinta) emissões da Anhanguera.

39. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de março de 2015.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais:

	2014 (Projeção) ¹	1T14 (Realizado)	2T14 (Realizado)	3T14 (Realizado)	4T14 (Realizado)	2014 (Realizado)	2014 (Realizado Pro Forma) ¹
Receita Líquida	R\$ 4.700 milhões	R\$ 674 milhões	R\$ 725 milhões	R\$ 1.145 milhões	R\$ 1.230 milhões	R\$ 3.774 milhões	R\$ 4.822 milhões
EBITDA	R\$ 1.346 milhões	R\$ 316 milhões	R\$ 313 milhões	R\$ 328 milhões	R\$ 334 milhões	R\$ 1.291 milhões	n.a
Margem EBITDA	28,6%	46,8%	43,1%	28,6%	27,2%	34,0%	n.a
Juros e Mora sobre Mensalidades	R\$ 73 milhões	R\$ 11 milhões	R\$ 6 milhões	R\$ 27 milhões	R\$ 22 milhões	R\$ 66 milhões	n.a
Custos e Despesas não recorrentes	R\$ 81 milhões	R\$ 5 milhões	R\$ 7 milhões	R\$ 44 milhões	R\$ 44 milhões	R\$ 100 milhões	R\$ 128 milhões
EBITDA Ajustado	R\$ 1.500 milhões	R\$ 332 milhões	R\$ 326 milhões	R\$ 399 milhões	R\$ 400 milhões	R\$ 1.457 milhões	R\$ 1.702 milhões
Margem EBITDA Ajustada	31,9%	49,2%	45,0%	34,8%	32,5%	38,6%	35,3%
Lucro Líquido	R\$ 1.000 milhões	R\$ 275 milhões	R\$ 269 milhões	R\$ 213 milhões	R\$ 244 milhões	R\$ 1.001 milhões	R\$ 1.128 milhões
Amortização de Intangível	R\$ 49 milhões	R\$ 10 milhões	R\$ 10 milhões	R\$ 48 milhões	R\$ 48 milhões	R\$ 116 milhões	R\$ 120 milhões
Lucro Líquido Ajustado	R\$ 1.130 milhões	R\$ 290 milhões	R\$ 286 milhões	R\$ 305 milhões	R\$ 335 milhões	R\$ 1.216 milhões	R\$ 1.372 milhões
Capex (recorrente e de manutenção)	6% da Receita Líquida	6,4% da Receita Líquida	6,8% da Receita Líquida	8,1% da Receita Líquida	8,6% da Receita Líquida	7,8% da Receita Líquida	8,0% da Receita Líquida
Capex (projetos especiais)	4% da Receita Líquida	1,4% da Receita Líquida	2,8% da Receita Líquida	10,5% da Receita Líquida	11,5% da Receita Líquida	10,2% da Receita Líquida	9,9% da Receita Líquida
Brownfields e Aquisição de Imóveis							

¹ Considera 12 meses de resultados da Anhanguera

No Formulário de Referência, a Companhia disponibilizou a projeção para o ano de 2014 descrito acima. Além dos resultados financeiros da Kroton apresentados ao longo do ano, a projeção contempla os resultados da Anhanguera em períodos anteriores à fusão. Desse modo, o resultado referente ao primeiro semestre do ano contempla os critérios contábeis de cada Companhia na data da divulgação.

O terceiro trimestre foi impactado principalmente pela incorporação das operações da Anhanguera e pelo processo de matrículas de alunos do segundo semestre do ano. Dessa forma, foi responsável por 24% da Receita Líquida e por 27% do EBITDA ajustado previstos na projeção da Companhia.

Por fim, o quarto trimestre também foi impactado pela incorporação das operações da Anhanguera e pelo processo de matrículas tardias de alunos do segundo processo seletivo do ano. Dessa forma, o quarto trimestre foi responsável por 26% da Receita Líquida e por 27% do EBITDA ajustado previstos na projeção da Companhia.

No ano de 2014, conseguimos superar em 3% nossa projeção de Receita Líquida e em 13% nossa projeção de EBITDA ajustado, refletindo, principalmente, a melhor nível de eficiência obtida em nossas operações, o aumento da base de alunos e o rígido controle de custos e despesas. Na mesma linha, o Lucro Líquido ajustado foi 21% superior ao projetado pela Companhia.

Quanto ao capex recorrente, tivemos desembolsos maiores do que o previsto para acontecer em 2014, compensados pelo menor nível de capex relacionados a projetos especiais. Com isso, o total de capex ficou muito próximo ao projetado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores da
Kroton Educacional S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kroton Educacional S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kroton Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com a legislação societária brasileira para Companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Kroton Educacional S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a proposta da Administração sobre a destinação do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados, nas indagações à Administração da Companhia e aos Auditores Independentes da Companhia e considerando ainda os termos do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras opina que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do lucro do exercício social encerrado em 2014 estão em condições de serem aprovados pelos Acionistas da Companhia em Assembléia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 19 de março de 2015.

Lucila de Oliveira Carvalho

Ricardo Scalzo

Antônio Lúcio Pereira Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Kroton declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da Kroton declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 19 de março de 2015.